

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL**

**ANA PAULA CARVALHO LAGE**

**ACESSIBILIDADE CULTURAL PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:  
ANÁLISE DOS CENTROS CULTURAIS DO CENTRO DO RIO DE JANEIRO**

**NITERÓI**

**2016**

**ANA PAULA CARVALHO LAGE**

**ACESSIBILIDADE CULTURAL PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:  
ANÁLISE DOS CENTROS CULTURAIS DO CENTRO DO RIO DE JANEIRO**

**Monografia apresentada ao Curso de  
Graduação em Produção Cultural da  
Universidade Federal Fluminense, como  
requisito parcial para obtenção do Grau de  
Bacharel.**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Flávia Lages**

**NITERÓI**

**2016**

**ANA PAULA CARVALHO LAGE**

**ACESSIBILIDADE CULTURAL PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:  
ANÁLISE DOS CENTROS CULTURAIS DO CENTRO DO RIO DE JANEIRO**

**Monografia apresentada ao Curso de  
Graduação em Produção Cultural da  
Universidade Federal Fluminense, como  
requisito parcial para obtenção do Grau de  
Bacharel.**

**Aprovado em dezembro de 2016**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Orientadora: Dra. FLÁVIA LAGES DE CASTRO  
Universidade Federal Fluminense**

---

**Dr. WALLACE DE DEUS BARBOSA  
Universidade Federal Fluminense**

---

**Me. DAVID NASCIMENTO BASSOUS  
Universidade Federal Fluminense**

Lage, Ana Paula Carvalho.

Acessibilidade cultural para as pessoas com deficiência: análise dos centros culturais do centro do Rio de Janeiro / Ana Paula Carvalho Lage. – 2016.

81 f. ; il.

Orientador: Flávia Lages.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Produção Cultural) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2016.

Bibliografia: f. 76-81.

1. Projeto de acessibilidade. 2. Inclusão. 3. Centro cultural.  
4. Pessoa com deficiência. 5. Mediação. I. Lages, Flávia.  
II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. III. Título.



**ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO FINAL DO CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL**

IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO

Nome do Candidato: **ANA PAULA CARVALHO LAGE** Matrícula: 212.033.049

Título do Trabalho:  
**"ACESSIBILIDADE CULTURAL PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ANÁLISE DOS CENTROS CULTURAIS DO CENTRO DO RIO DE JANEIRO"**

Orientador: **Dra. Flávia Lages**

Categoria: **Monográfica**

Data da Apresentação: **21/12/2016**

BANCA EXAMINADORA

1º Membro (Presidente): **Dra. Flávia Lages**

2º Membro: **Dr. Wallace de Deus**

3º Membro: **Me. David Nascimento Bassous**

AVALIAÇÃO:

Análise / Comentário

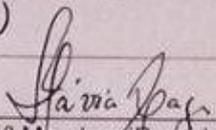
A ALUNA APRESENTOU UM TEMA PERTINENTE E ATUAL. A BANCA DESTACA A METODOLOGIA APRESENTADA PELA ALUNA EM SEU TRABALHO QUE REUNIU EM REFLEXÕES POTENTES ACERCA DO TEMA.

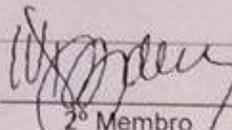
CONSIDEROU-SE QUE A MONOGRAFIA ATINGIU OS OBJETIVOS EFETUADOS PELA ALUNA BEM COMO ELOGIA-SE A APRESENTAÇÃO POR SUA SEQUENCIA E DOMÍNIO DO TEMA.

Nota Final (média dos três integrantes da Banca Examinadora)

**10 (dez)**

ASSINATURAS

  
1º Membro (Presidente)

  
2º Membro

  
3º Membro

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família pelo apoio durante os meses de elaboração deste trabalho.

À minha orientadora que me ajudou de diversas formas e me aconselhou sobre o melhor caminho para seguir.

Aos meus amigos, em especial aos companheiros de faculdade que dividiram angústias e alegrias durante este projeto.

Aos gestores culturais dos três centros culturais analisados pela disponibilização de seus tempos, sempre tão solícitos.

Ao Centro Cultural Justiça Federal que me ajudou a querer falar sobre centros culturais, no período em que trabalhei lá.

Às pessoas com deficiência que me concederam entrevistas e foram muito gentis e solícitas, me dando um ânimo maior para continuar este trabalho.

## RESUMO

Este trabalho buscou analisar a acessibilidade encontrada em centros culturais da cidade do Rio de Janeiro, em sua região central. Para uma análise mais completa, foi feito um panorama das conquistas dos direitos das pessoas com deficiência ao longo das décadas e quais são as medidas de acessibilidade que podem ser encontradas nos centros culturais, para a deficiência física, visual, intelectual e auditiva. Este tema se faz necessário partindo do pressuposto que uma instituição cultural é uma potência de valorização da diversidade. Além disso, para uma boa gestão cultural é imprescindível que todos os públicos que frequentam aquele ambiente precisam ser incluídos na fruição das atividades culturais. Por isso, foi possível constatar através de visitas exploratórias e entrevistas com os gestores, que os centros culturais cada vez mais pensam e adotam medidas de acessibilidade e inclusão. Ademais, a visão das pessoas com deficiência também acrescentou importantes discussões para este trabalho.

**Palavras-chave:** Acessibilidade; Inclusão; Centro Cultural; Pessoa com Deficiência; Mediação.

## ABSTRACT

This work sought to share an accessibility found in cultural centers of the city of Rio de Janeiro, in its central region. For a more complete analysis, an overview was made of the achievements of the rights of people with disabilities over the decades and what are the accessibility measures that can be found in cultural centers, for physical, visual, intellectual and auditory disabilities. This theme is necessary for the inclusion of a cultural entity and a greater appreciation of diversity. In addition, for good cultural management it is imperative that all public who attend environment were included in the enjoyment of cultural activities. For this reason, it was possible to verify through exploratory visits and interviews with managers that cultural centers are increasingly thinking and adopting measures of accessibility and inclusion. In addition, the vision of people with disabilities also addresses important discussions for this work.

**Keys-word:** Aecessibility; Inclusion; Cultural Center; Person with Disabilities; Mediation.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pictograma cadeirante branco sobre fundo azul.....	30
Figura 2 – Pictograma cadeirante branco sobre fundo preto.....	30
Figura 3 – Pictograma cadeirante preto sobre fundo branco.....	30
Figura 4 – Pictograma pessoa com mobilidade reduzida.....	31
Figura 5 – Pictograma pessoa grávida.....	31
Figura 6 – Pictograma pessoa com criança de colo.....	31
Figura 7 – Pictograma pessoa idosa.....	31
Figura 8 – Rampa de acesso Caixa Cultural.....	44
Figura 9 – Rampa de acesso Centro Cultural Justiça Federal.....	44
Figura 10 – Entrada principal Centro Cultural Justiça Federal.....	44
Figura 11 – Rampa de acesso Centro Cultural Correios.....	44
Figura 12 – Elevador Caixa Cultural.....	46
Figura 13 – Elevador Centro Cultural Justiça Federal.....	46
Figura 14 – Balcão guarda-volumes Caixa Cultural.....	47
Figura 15 – Balcão informação Centro Cultural Correios.....	47
Figura 16 – Assentos pelas dependências da Caixa Cultural.....	48
Figura 17 – Assentos pelas dependências do Centro Cultural Justiça Federal.....	48
Figura 18 – Exposição “Picasso: Mão Erudita, Olho Selvagem” Caixa Cultural.....	49
Figura 19 – Exposição “Lentes da Memória” Centro Cultural Correios.....	49
Figura 20 – Exposição “Picasso: Mão Erudita, Olho Selvagem” Caixa Cultural.....	49
Figura 21 – Exposição “Festival de Esculturas do Rio – 2º Edição” Centro Cultural Justiça Federal.....	49
Figura 22 – Teatro arena Caixa Cultural.....	50
Figura 23 – Cinema Caixa Cultural.....	50
Figura 24 – Entrada do cinema Caixa Cultural.....	51
Figura 25 – Teatro Centro Cultural Justiça Federal.....	51
Figura 26 – Sala de Leitura 2º andar Centro Cultural Justiça Federal.....	52

Figura 27 – Biblioteca Centro Cultural Justiça Federal.....	52
Figura 28 – Cafeteria Centro Cultural Justiça Federal.....	52
Figura 29 – Cafeteria Caixa Cultural.....	52
Figura 30 – Exposição “Picasso: Mão Erudita, Olho Selvagem” Caixa Cultural.....	55
Figura 31 – Exposição “Festival de Esculturas – 2º Edição” Centro Cultural Justiça Federal.....	55
Figura 32 – Maquete tátil na exposição “Lentes da Memória” Centro Cultural Correios.....	55
Figura 33 – Quadro tátil na exposição “Lentes da Memória” Centro Cultural Correios.....	55
Figura 34 – Audiodescritor na exposição “Lentes da Memória” Centro Cultural Correios.....	56
Figura 35 – Exposição “Lentes da Memória” Centro Cultural Correios.....	56
Figura 36 – Telão para legendas Caixa Cultural.....	62

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 1 – As Pessoas com Deficiência, Acessibilidade e a Inclusão nos Diversos Ambientes.....</b>	<b>14</b>
1.1 A necessidade da adoção da terminologia correta e as especificidades de cada tipo de deficiência.....	17
1.1.1 Terminologia.....	17
1.1.2 As especificidades de cada tipo de deficiência.....	19
<b>Capítulo 2 – A inclusão e a Acessibilidade nos Ambientes Culturais.....</b>	<b>22</b>
2.1 Da integração à inclusão.....	22
2.2 Acessibilidade em ambientes culturais.....	23
2.2.1 Acessibilidade e inclusão nas instituições culturais para as pessoas com deficiência física (e mobilidade reduzida).....	29
2.2.2 Acessibilidade e inclusão nas instituições culturais para as pessoas com deficiência visual.....	32
2.2.3 Acessibilidade e inclusão nas instituições culturais para as pessoas com deficiência auditiva.....	35
2.2.4 Acessibilidade e inclusão nas instituições culturais para as pessoas com deficiência intelectual.....	37
<b>Capítulo 3 – Análise de Acessibilidade nos Centros Culturais.....</b>	<b>40</b>
3.1 Acessibilidade cultural na prática: análise dos centros culturais do centro do Rio de Janeiro.....	42
3.1.1 Histórico.....	42
3.1.1.1 Centro Cultural Justiça Federal.....	42
3.1.1.2 Caixa Cultural.....	42
3.1.1.3 Centro Cultural Correios.....	43
3.2 Análise de acessibilidade e inclusão para as pessoas com deficiência física (ou mobilidade reduzida).....	43
3.2.1 Entradas e acessos pelas dependências dos centros culturais.....	43
3.2.2 Galerias de exposições.....	48
3.2.3 Teatros e cinemas.....	49
3.2.4 Bibliotecas.....	51
3.2.5 Cafeterias e lanchonetes.....	52
3.3 Análise de acessibilidade e inclusão para as pessoas com deficiência visual.....	53
3.3.1 Entradas e acessos pelas dependências dos centros culturais.....	53
3.3.2 Galerias de exposições.....	54
3.3.3 Teatros e cinemas.....	58
3.3.4 Bibliotecas.....	59

3.3.5	Material de divulgação e sites.....	59
3.4	Análise de acessibilidade e inclusão para as pessoas com deficiência auditiva.....	60
3.4.1	Entradas e acessos pelas dependências dos centros culturais.....	60
3.4.2	Galerias de exposições.....	61
3.4.3	Teatros e cinemas.....	62
3.5	Análise de acessibilidade e inclusão para as pessoas com deficiência intelectual.....	63
<b>Capítulo 4 – “Nada Sobre Nós, sem Nós” A Visão das Pessoas com Deficiência Sobre os Espaços Culturais.....</b>		<b>65</b>
<b>Considerações Finais.....</b>		<b>72</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>		<b>76</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe abrir discussões sobre a adoção de medidas de acessibilidade e de inclusão nos espaços culturais, mais especificamente nos centros culturais. Existem diferentes formas de acessibilidade, uma vez que esta é empregada para todas as pessoas em todos os ambientes da sociedade. Entretanto, é preciso destacar que este estudo irá analisar a acessibilidade para as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, seja temporária ou permanente.

Uma instituição cultural como potência de valorização das diversas expressões culturais que nela são encontradas, devem abarcar todas as pessoas, inclusive as que possuem algum tipo de deficiência. Quando esta instituição não oferece acesso às dependências e à programação cultural, ela não está exercendo a sua função social. A cidadania cultural das pessoas com deficiência deve ser pensada pelos gestores, e acima de tudo, respeitada. Apesar da existência da lei de inclusão e acessibilidade que está em vigor no Brasil, muitos espaços ainda não adotaram medidas para que todas as pessoas, independentemente da limitação, se sintam pertencidas.

Partindo deste ponto, este trabalho buscou analisar centros culturais do centro do Rio de Janeiro para avaliar como seus gestores estão lidando com as medidas de acessibilidade, para todos os tipos de deficiência, em suas dependências. Esta etapa foi importante para entender o processo de gestão cultural que está enraizado na cidade do Rio de Janeiro e como a vida cultural e a programação pode ser acessível, com autonomia, por todas as pessoas.

Em um centro cultural encontram-se diversas atividades culturais em um mesmo lugar: peças teatrais, espetáculos de dança e música, produções audiovisuais, exposições, seminários, palestras, debates, bibliotecas, cursos, cafeterias e lanchonetes. Uma programação cultural intensa em que muitas vezes oferecem obstáculos para que a pessoa com deficiência possa fruir das atividades em sua totalidade. Para isso, este trabalho tem o objetivo de observar e buscar respostas do que vem sendo feito sobre acessibilidade e inclusão cultural e por qual motivo certas medidas ainda não foram adotadas.

Para dar embasamento as fundamentações teóricas, foram estudadas bibliografias de importantes pesquisadores da área de acessibilidade e inclusão cultural. Visitas exploratórias também foram utilizadas como metodologia para a

elaboração desta pesquisa. Entretanto, observou-se uma defasagem em pesquisas sobre este assunto em centros culturais, especificamente. As mais vastas pesquisas são concentradas em museus e/ou exposições separadamente. Neste sentido, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se torna relevante, também, ao passo de não ser um assunto tratado com profundidade no curso de Produção Cultural, fato este indispensável como projeto de gestão cultural.

No primeiro capítulo deste trabalho são apresentadas argumentações sobre a relevância da acessibilidade em diversos ambientes da sociedade. São mostradas, também, um panorama da história da luta pelos direitos das pessoas com deficiência desde a era da integração. Além disso, é mostrada a importância da adoção da terminologia correta e como deve ser respeitada.

No segundo capítulo, foi mostrado a importância do avanço da participação das pessoas com deficiência na sociedade, saindo da integração, agora na era da inclusão. Também foi relacionado à acessibilidade nas instituições culturais e mostrado as diversas medidas de acessibilidade que podem ser encontradas nesses espaços, para todos os tipos de deficiência, bem como a importância da adoção das mesmas.

No terceiro capítulo foi feita a análise nos centros culturais do centro do Rio de Janeiro: Centro Cultural Justiça Federal, Caixa Cultural e Centro Cultural Correios. A escolha destes centros culturais se deu devido às suas localizações próximas e por pertencerem a um importante “corredor cultural” da cidade, o que facilitou a análise. Foram feitas diversas visitas exploratórias nos três centros culturais, sendo a primeira para uma observação inicial, sem perguntar, das medidas de acessibilidade adotadas em suas dependências. Também foram feitas entrevistas com gestores desses espaços, de diferentes setores, mostrando como é adotado esse pensamento de acessibilidade – ou não – e como utilizam a mediação como principal ferramenta de inclusão e pertencimento para as pessoas com deficiência.

No quarto e último capítulo, são apresentadas entrevistas com diversas pessoas com deficiência mostrando que não adianta falar sobre acessibilidade sem ouvir o lado das próprias pessoas com deficiência. É importante destacar que este trabalho está concentrado em acessibilidade de fruição das atividades culturais e não da produção delas, uma vez que abarcaria um outro estudo sobre esse panorama. Por outro lado, todos os entrevistados estavam ligados a produção de atividade

cultural de alguma forma. A pessoa com deficiência visual é atriz e compõe um grupo de atores cegos; as pessoas com deficiência intelectual jogam capoeira e tocam os próprios instrumentos; a pessoa com deficiência física é museóloga e curadora de exposições em uma galeria de arte contemporânea e a pessoa com deficiência auditiva é passista em uma escola de samba. A escolha destas pessoas se deu, também, pela ligação com a área cultural, fato este que ajudou a acrescentar interessantes questões para este trabalho.

## **CAPÍTULO 1**

### **AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, ACESSIBILIDADE E A INCLUSÃO NOS DIVERSOS AMBIENTES**

Pensar em acessibilidade nos dias atuais é extremamente importante para a inclusão das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos diversos ambientes da sociedade. Esta acessibilidade se dá de diversas formas, abarcando pessoas que tem deficiência congênita, as que adquiriram durante a vida, as pessoas com mobilidade reduzida permanente ou temporária – como por exemplo as grávidas –, ou até mesmo, por questões econômicas. Segundo a Norma Brasileira de Acessibilidade (NBR 9050:2015) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a acessibilidade é:

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Sendo assim, o acesso aos espaços públicos ou privados é de grande relevância para que as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida tenham o total direito de ir e vir, com autonomia, em todos os ambientes. Pensar questões de acessibilidade, apesar de esse pensamento ser um pouco tardio, é encontrar medidas para que todas as pessoas exerçam sua cidadania, respeitando as diferenças ao mesmo tempo em que surge a ideia de que todos são iguais perante a lei e perante a vida. Enunciar o pensamento de acessibilidade é garantir, também, que as próprias pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida saibam dos seus direitos e possam cobrar as mudanças necessárias em qualquer ambiente da sociedade.

Entretanto, a acessibilidade não é somente oferecer mudanças no que se refere à participação das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida na sociedade. Um espaço acessível é caracterizado pela mobilidade de todas as pessoas, independentemente de suas limitações. Assegurar o direito de ir e vir é interessante. Porém, por outro lado, é fundamental que estas pessoas permaneçam e participem

do espaço público como um todo. Para que esta participação seja completa, os espaços precisam passar por transformações que vão além das possibilidades de organização físico-espacial. O acesso dessas pessoas deve ser feito em todas as suas instâncias, desde a administração – sendo pública ou privada – até no atendimento, comportamento e visão, sem preconceitos, por parte das pessoas que não tem algum tipo de deficiência, respeitando a diversidade humana e as suas limitações. (SILVA, 2010, p.15)

Em seu contexto histórico, as pessoas com deficiência foram marginalizadas, sendo consideradas por muitos como seres incapazes e que, portanto, não “servia” para contribuir com a sociedade. Com o fim da segunda guerra mundial, viu-se a necessidade de levantar um olhar sobre elas, considerando que civis e soldados adquiriram algum tipo de deficiência – visual, auditiva, física ou até mesmo, mental – em virtude das batalhas e seus efeitos colaterais. (SARRAF, 2008, p.13)

Contudo, na década de 70, ocorreu uma Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), na qual instituiu a Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas, em 1971 e a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, em 1975, mostrando assim, um pontapé inicial para as discussões geradas desde então. Em consequência disso, devido a fortes indagações feitas, iniciou-se um ponto crucial para os avanços desses direitos para as pessoas com deficiência – até então chamadas de pessoas deficientes –, quando em 1981 foi declarado pela ONU como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, cujo objetivo era integrar todos os países membros chamando a atenção da sociedade sobre questões pertinentes aos direitos dessas pessoas.

No Brasil, a partir desse ano, os movimentos por direitos iguais e conseqüentemente, a acessibilidade, foram organizados pelas próprias pessoas com deficiência por cobranças do governo em adotar prioridades por medidas acessíveis. Em 1988, com a Constituição da República Federativa do Brasil, essas questões foram oficialmente contempladas em seu sentido legal, caracterizando assim, o início das vitórias conquistadas pelas pessoas com deficiência em seu contexto histórico nacional. Uma das primeiras leis federais a ser considerada o exercício da garantia de acessibilidade pelas pessoas com deficiência foi a de nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, com o estabelecimento da prioridade de atendimento para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e a garantia de assentos nos

transportes públicos, prometendo a penalidade em caso de descumprimento. Neste mesmo ano, a lei subsequente de nº 10.098, de 19 de dezembro ampliou a visão de uma maneira geral sobre as normas da promoção da acessibilidade de fato, pelo espaço físico, de informação e de comunicação. Entretanto, ambas as leis não foram fiscalizadas, não sendo respeitadas pelos transportes, estabelecimentos e até mesmo pelas instituições públicas que deveriam garantir a aplicação. A mudança só veio alguns anos mais tarde quando em 2004 foi regulamentado o decreto de nº 5.296 tentando de algum modo surtir o efeito necessário das leis anteriores para a acessibilidade e a garantia dos direitos das pessoas com deficiência que estavam sendo assegurados.

A partir disso, buscando avanços nas leis federais e tendo como base a assinatura do Brasil na Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – já abordando a nova terminologia – juntamente com os outros países membros da ONU, em 2007, o tratado foi incorporado na legislação brasileira com equivalência de emenda constitucional, colaborando com a criação da lei que está em vigor até o presente momento, passando por algumas alterações, a Lei Federal de nº 13.146, de 06 de julho de 2015 que “Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”. Agora, além da acessibilidade, a questão da inclusão se tornou tão importante que precisou ser incorporada em uma lei para ser garantido como direito.

Em um país onde a desigualdade social é enorme e os serviços básicos oferecidos à população são insuficientes, os assuntos em geral pertinentes a melhoria da população só começam a ser pensados quando se institua e fiscaliza uma lei. Através desta nova Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência, surge um novo desafio: Não apenas garantir os direitos dessas pessoas, mas, também, punir as medidas contrárias a esta lei. Contudo, dar ênfase ao aspecto da acessibilidade se torna um tanto quanto difícil, não sendo, ainda, o centro das políticas a respeito. É preciso lembrar que o Estado tem seu papel de garantir esses direitos, porém, a sociedade em si precisa da conscientização de uma cultura acessível. Enquanto não houver esse pensamento pleno de inclusão, as soluções e medidas vão continuar defasadas.

## **1.1 A necessidade da adoção da terminologia correta e as especificidades de cada tipo de deficiência**

### **1.1.1 Terminologia**

Para que se possam ter avanços sobre os direitos das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, é de suma importância a necessidade da adoção da terminologia correta. Sasaki salienta que:

Usar ou não usar termos técnicos corretamente não é uma mera questão semântica ou sem importância, se desejamos falar ou escrever construtivamente, numa perspectiva inclusiva, sobre qualquer assunto, de cunho humano. E a terminologia correta é especialmente importante quando abordamos assuntos tradicionalmente eivados de preconceitos, estigmas e estereótipos, como é o caso das deficiências que aproximadamente 14,5% da população brasileira possuem. (SASSAKI, Romeu Kazumi, 2002)

Usar a terminologia correta é garantir que as falas direcionadas para as pessoas com deficiência, ou mobilidade reduzida, não sejam desrespeitosas e discriminatórias. Se houve a necessidade de mudanças desses termos, é porque o seu contexto histórico mudou, enfatizando a indispensabilidade de inclusão dessas pessoas na sociedade. Tratá-las corretamente é garantir, também, que as medidas se tornem realmente acessíveis.

A utilização de termos pela sociedade depende da época em que se é inserido. Observando, atualmente, como as palavras eram direcionadas para as pessoas com deficiência, faz-se perceber a importância da constante mudança.

Antigamente, inúmeros termos foram utilizados, passando de pessoas inválidas – sendo empregada até a década de 80 – até as pessoas especiais e excepcionais. Com o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, viu-se a importância de colocar a palavra “pessoas” para referencia-las, tendo em vista que antes da deficiência, elas são pessoas, com os mesmos direitos e deveres dos demais cidadãos. Alguns anos mais tarde, os termos “pessoas com necessidades especiais” e “pessoas portadoras de deficiência” foram fortemente utilizados pela sociedade e até mesmo pelas próprias pessoas com deficiência. Falar sobre necessidades especiais foi considerado errôneo exprimindo a concepção de que a deficiência não é uma necessidade especial. A

necessidade que essas pessoas possuem, é a de acessibilidade, e, portanto, não é especial ou excepcional haja vista que todas as pessoas precisam de meios acessíveis, independentemente de suas limitações. (CAPARICA, 2016, braincast 81)

Outro termo utilizado por vários anos foi “pessoas portadoras de deficiência”. Primeiramente, a pessoa não tem opção de “portar” uma deficiência, deixando de lado quando quer. Além disso, a palavra “portadora” é relacionada à doença, designando a comparação com o Modelo Médico utilizado para as pessoas com deficiência até os anos 60. Deficiência não é uma doença – apesar de poder ser causada por uma –, é uma condição e é preciso respeitá-la.

O Modelo Médico foi utilizado relacionando a deficiência com a doença, subligando com o conceito de integração, onde será abordado mais para frente. Para isso, partiam do pressuposto de que as pessoas tinham que se “curar” a fim de conseguir participar ativamente da sociedade. Esse modelo entendia que a sociedade não precisava se adaptar às pessoas com deficiência, e sim, elas que tinham que se adaptar ao meio, atribuindo o sentido de que a pessoa com deficiência não podia ser independente, que era incapaz de trabalhar e se relacionar sozinha perante a sociedade. Ou seja, a condição das pessoas estava diretamente ligada à adoção dos direitos por elas adquiridos. Sasaki, em seu livro “Inclusão. Construindo uma Sociedade para Todos” salienta que:

É sabido que a sociedade sempre foi, de um modo geral, levada a acreditar que, sendo a deficiência um problema existente exclusivamente na pessoa deficiente, bastaria prover-lhe algum tipo de serviço para solucioná-lo. (SASSAKI, Romeu Kazumi, p. 29)

Sendo assim, através desse modelo, programas foram criados com um cunho separatista, como a educação “especial”, centros de reabilitação e lugares de convivências separados para as pessoas com deficiência.

Influenciando o movimento de inclusão, o Modelo Social surgiu em contraponto com o Modelo Médico. Nele, a noção de que a sociedade é que precisava se adaptar às pessoas com deficiência veio se desenvolvendo ao mesmo tempo em que programas inclusivos para essas pessoas vinham surgindo. O Modelo Social foi desenvolvido como meio de equidade de todos os cidadãos, independentemente de

suas limitações. Segundo o I Plano de Ação para a Integração da Pessoa com Deficiência ou Incapacidade (2006-2009 apud SANTOS, 2009, p. 311):

(...) o modelo social, “assenta no reconhecimento de que a incapacidade não é inerente à pessoa, considerando-a com um conjunto complexo de condições, muitas das quais criadas pelo ambiente social (...) nesta perspectiva, está bem patente a valorização da responsabilidade *colectiva* no respeito pelos direitos humanos, na construção de uma sociedade para todos e no questionamento de modelos estigmatizados ou pouco promotores da inclusão social”.

Entretanto, esse modelo não quer dizer a anulação da ajuda médica, mas sim, que possa atender as pessoas com deficiência de uma forma em ajudar a ter controle sobre suas vidas, participando inteiramente da sociedade, com direitos civis, políticos, econômicos e culturais como qualquer outro cidadão.

Com os movimentos de inclusão surgindo, juntamente com a noção do Modelo Social, várias discussões foram geradas para designar a terminologia correta. Desta maneira, através de decisões da comunidade interessada, e a partir de documentos da ONU, o termo “pessoas com deficiência” foi adotado e é utilizado até os dias atuais.

### **1.1.2 As especificidades de cada tipo de deficiência**

De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 23,9% da população brasileira tem algum tipo de deficiência. Isso corresponde a um total de 45,6 milhões de pessoas. Entretanto, é importante destacar que esses números não relacionam às pessoas com mobilidade reduzida (seja temporária ou não). Sendo assim, esses dados nos mostram a importância em adotar medidas completamente acessíveis em todos os ambientes da sociedade, pelo fato dessas pessoas não serem um público mínimo e inativo econômico e socialmente.

É importante destacar que a população brasileira está envelhecendo, aspecto esse que vem principalmente de dois fatores: O aumento da expectativa/qualidade de vida e da diminuição das taxas de natalidade. Com o envelhecimento, diversos comprometimentos podem surgir, como a perda da visão/audição ou até mesmo de locomoção, entrando para os índices de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Para isto, a questão da acessibilidade nos diversos ambientes da sociedade se torna, também, expressiva para a adoção dessas medidas.

Segundo a Lei Federal nº 13.146 de 6 de Julho de 2015<sup>1</sup>, a pessoa com deficiência é: “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena, e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.” Partindo desse ponto, considera-se, pelo Decreto Federal nº 5.296<sup>2</sup> que diz:

**Deficiência física:** alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparésia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

**Deficiência auditiva:** perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

**Deficiência visual:** cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

**Deficiência mental<sup>3</sup>:** funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: 1. comunicação; 2. cuidado pessoal; 3. habilidades sociais; 4. utilização dos recursos da comunidade; 5. saúde e segurança; 6. habilidades acadêmicas; 7. lazer; e 8. trabalho;

**Deficiência múltipla:** associação de duas ou mais deficiências;

---

<sup>1</sup> Lei Federal nº 13.146/15, Art.112, Inciso III.

<sup>2</sup> Decreto Federal nº 5. 296/04, Art. 5º, Parágrafo 1º, Inciso I.

<sup>3</sup> Neste Decreto foi utilizado “deficiência mental” embora o mais utilizado nos dias atuais seja “deficiência intelectual”

**Pessoa com mobilidade reduzida**<sup>4</sup>: aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

Primeiramente, tomar como base os conceitos de cada tipo de deficiência e suas especificidades é importante, entretanto, é preciso enaltecer o pensamento de que antes da deficiência, elas são pessoas. Para isso, tomar medidas acessíveis – tanto por parte dos órgãos públicos, quanto da sociedade civil em geral – é entender, também, que as pessoas são diferentes umas das outras. Uma pessoa com deficiência visual pode não ter o mesmo problema de acesso (físico, comunicacional, orientabilidade etc.) do que outra pessoa com a mesma deficiência, até porque, a deficiência visual engloba pessoas cegas e pessoas com baixa visão.

Para se gerar discussões e observações no que concerne à acessibilidade em ambientes culturais, mas especificamente em centros culturais, que é o foco deste trabalho, é preciso, antes de mais nada, levar em consideração essas definições sobre cada tipo de deficiência, assim como as especificidades de cada uma, a fim de tomar as medidas que mais se adéquam à essas pessoas.

---

<sup>4</sup> Inciso II. Como este texto foi retirado do decreto de 2004, a expressão “Portador de deficiência” foi utilizada.

## CAPÍTULO 2

### A INCLUSÃO E A ACESSIBILIDADE NOS AMBIENTES CULTURAIS

#### 2.1 Da integração à inclusão

Como dito anteriormente, as pessoas com deficiência foram, por muitos anos, marginalizadas de seu convívio social, sendo consideradas incapazes e até sendo escondidas pela própria família. A partir da década de 60, o movimento de integração social começou a surgir em contraponto à ideia da exclusão dessas pessoas na sociedade. Esse movimento veio à tona com o pensamento de “normalizar estilos ou padrões de vida, mas isso foi confundido com a noção de “tornar normais as pessoas deficientes”” (SASSAKI, 2003, p.32 apud. Jonsson, 1994, p.67). Sendo assim, começou-se a inserir essas pessoas no trabalho, no lazer, na educação de uma forma a se adequar aos padrões pré-estabelecidos pela sociedade até então. Entretanto, é importante lembrar que o movimento de integração – apesar de ter sido precursora para o movimento de inclusão – não foi de fato uma evolução para a luta dos direitos das pessoas com deficiência. A integração entende que essas pessoas tinham que se adequar à uma sociedade que é preparada para pessoas sem deficiência. Para isso, apesar da intenção de inserção dessas pessoas nos diversos ambientes, elas tinham que, no mínimo, ter alguma condição compatível com a sociedade para que pudesse de fato se inserir.

Embora o movimento de integração social tivesse a intenção de inserção das pessoas com deficiência na sociedade, apesar do cunho separatista, viu-se a necessidade de adquirir a uma concepção que representasse, de fato, essas pessoas. Para isso, a partir da década de 90, começava-se o movimento de inclusão Social. Romeu Sasaki salienta:

A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (1997, p.3)

A partir disso, o movimento de inclusão social buscava, também, a participação das pessoas com deficiência nas decisões e na busca dos mesmos direitos e deveres

dos demais cidadãos. Esse movimento entendia que a sociedade tinha que se adequar à essas pessoas, a fim de derrubar toda e qualquer barreira<sup>5</sup> para a participação plena, seja ela comunicacional, urbanística, atitudinal ou tecnológica, construindo assim, uma sociedade para todos.

O conceito de inclusão traz consigo questões extremamente importantes para o embasamento de legislações e tratados em todo o seu contexto internacional e nacional. Pensar em uma sociedade totalmente inclusiva pode parecer um pouco utópico, mas os avanços que estão acontecendo são notórios e decisivos na adoção de medidas acessíveis. Não é possível pensar em acessibilidade sem inclusão, e esse processo se deve de diversas formas. O importante é o entendimento de que a sociedade tem que ser feita e preparada para todas as pessoas, independentemente de suas limitações, como dito anteriormente. Infelizmente, os diversos ambientes foram pensados em uma estrutura padrão. Ou seja, para uma pessoa padrão, com altura padrão, mobilidade padrão. Entretanto, o importante é entender a valorização da diversidade humana, para assim, perceber que esta sociedade “padrão” não se encaixa nos conceitos inclusivistas. Sendo assim, gerar mudanças em ambientes que não eram pensados sob esta perspectiva é de suma importância para compreender e contribuir para a convivência humana.

## **2.2 Acessibilidade em Ambientes Culturais**

Os ambientes culturais desenvolvem – ou devem desenvolver – um importante papel sobre sua função social, no contexto em que são inseridos. Estes ambientes, como potencializadores das diversas expressões culturais devem abarcar, também, os diversos públicos que neles são encontrados. Para isso, falar de acessibilidade nesses espaços é entender que os conceitos de inclusão, mediação e democracia cultural, estão impregnados em sua estrutura e seu modo de inserção no espaço urbano.

---

<sup>5</sup> Segundo a Lei Federal 13.146 de 6 de julho de 2015, entende-se por barreira “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (...)”

Por diversas décadas, a cultura restringiu-se à cultura erudita, destinada para a elite, com seu caráter nada democrático, não respeitando e nem valorizando a diversidade humana. Com o intuito de mudar esse panorama, surgiu na França, nas décadas de 60 e 70, a concepção de democratização da cultura. Este conceito subentende-se aproximar as classes populares dos equipamentos culturais pelo seu caráter de acesso ao patrimônio e por questões econômicas, como se o empecilho para aproximação da cultura erudita e da classe popular fosse a simples ausência de equipamentos culturais ou até mesmo, os altos preços cobrados que acabavam se tornando inviável para essas pessoas. Para isso “a prática redundou numa falsa democratização, pois baseava-se na crença da aptidão natural do ser humano em reconhecer o “belo” e “a verdade” apenas pela possibilidade de ter acesso às instituições da cultura erudita” (LACERDA, p.3 apud BOTELLHO, 2001, p.80). Porém, é importante lembrar que essas medidas de democratização cultural foram privilegiadas com políticas à um público que já frequentava aqueles lugares, não trazendo de fato as demais pessoas para esses ambientes, como era o objetivo. A familiaridade e a hospitalidade são preceitos essenciais para a formação de público nos espaços culturais, portanto, resolver a questão do acesso ou financeiro, mas não criar iniciativas que tornem o espaço acolhedor em sua estrutura, não surte o efeito desejado de democratização. Segundo Teixeira Lopes:

(...) as barreiras à entrada da alta cultura derivam “não tanto de um déficit de meios financeiros, nem mesmo, por vezes, de conhecimentos, mas, antes de tudo, da falta de à-vontade e de familiaridade, a consciência difusa de <não estar no seu lugar>, que se manifesta nas posturas do corpo, na aparência indumentária, na maneira de falar ou de se deslocar. (p.5)

Ponderar o sentido de familiaridade é entender que esses espaços culturais precisam refletir a cultura não como um bem de consumo, mas como fruição em sua totalidade, tornando o espaço para a formação da própria cultura de cada indivíduo, inteirando o momento de troca.

Este conceito, traz consigo um problema que ainda é encontrado hoje em dia na sociedade: o pensamento da homogeneidade. Para isso, quando se fala em democratização da cultura, além de entender que existe uma cultura de elite, ela é

feita para um público homogêneo desconsiderando completamente as classes mais populares e claro, botando as pessoas com deficiência nesse contexto.

Exatamente como diversos conceitos que foram se modificando através dos anos e de necessidades específicas, com o da democratização da cultura não foi diferente. Pelo seu cunho vertical e centralizador, há uma valorização da fruição, nesse caso da cultura erudita, desatendendo a produção cultural feita pela constituição do capital cultural<sup>6</sup> de cada indivíduo (LACERDA, p.4), como dito anteriormente. Para isso, diante de inúmeros questionamentos sobre a intensa abordagem pelas políticas culturais em um contexto democratizador, a expressão “democracia cultural” vem sendo mais utilizado como expressão alternativa pelo seu caráter descentralizador, acoplando as diversas expressões culturais juntamente com os diversos públicos encontrados nesses espaços culturais. Esse conceito “reivindica uma definição mais ampla de cultura, reconhece a diversidade de formatos expressivos existentes, busca uma maior integração entre cultura e vida cotidiana e assume como condição da política cultural a descentralização das intervenções culturais” (LACERDA, p.6 apud BOLÁN, 2006, p.87; RUBIM, 2009, p.96)

Sendo assim, as políticas de democracia cultural têm como preceito a maior aproximação do poder público e sociedade com a relevância de formação de público e de gestores culturais, sendo o segundo como ponto fundamental da valorização do fazer cultural e na recepção deste fazer. A valorização do indivíduo está diretamente ligada à sua qualidade de vida, dando voz as suas necessidades no qual se mostra essencial para uma democracia cultural.

A democracia, como entendido anteriormente, se correlaciona então com o conceito de inclusão. Se ater ao fato de que os espaços culturais têm como princípio a valorização de cada indivíduo bem como a hospitalidade para os diversos públicos encontrados, não ser totalmente acessível para todas as pessoas independentemente de suas limitações se torna contraditório.

Segundo Sônia Santos (2009, p. 312) os visitantes quando entram nesses ambientes, trazem consigo expectativas ao espaço físico que as acolhem. Para isso, pensar nas pessoas com deficiência, em um primeiro momento, é pensar em formas

---

<sup>6</sup> Segundo LACERDA, Alice Pires de.: “A noção de “capital cultural” é formulada por Bourdieu (2007) e compreende o repertório cultural de um indivíduo formado a partir da sua vivência escolar e familiar.”

de acolher esse público – que é um público com potencial de ser consumidor e presente – para que eles possam se sentir à vontade e, assim, representar o aumento de sua autoestima, criatividade e autoconfiança. Sendo assim, é imprescindível que os ambientes culturais se adequem e estejam devidamente preparados para acolher e receber tanto as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, quanto as que não possuem deficiência.

Em ambientes culturais, assim como em diversos outros ambientes presentes na sociedade, surge o pensamento de não adoção de medidas de acessibilidade por achar que não vai ser encontrado um público que valesse o investimento. Como dito anteriormente, segundo o Censo de 2010 do IBGE, no Brasil, 45,6 milhões de pessoas disseram ter algum tipo de deficiência, o que mostra uma parcela significativa da população. Porém, as pessoas com deficiência não são facilmente encontradas nos diversos ambientes, como ruas, transportes, lugares públicos e privados e nos ambientes culturais, por não terem meios de se locomover ou se comunicar com os demais cidadãos. Se a sociedade fosse um lugar para todos, respeitando as medidas de inclusão para que as pessoas com deficiência tenham o total direito de ir e vir em qualquer lugar, elas seriam muito mais presentes no cotidiano. Deste modo, pensar em acessibilidade e inclusão é extremamente importante.

Uma instituição cultural como modelo de potência da democracia cultural e valorização da diversidade humana, precisa investir cada vez mais em formação de público, juntamente com a formação de gestores culturais que tenham em mente e vontade de adotar medidas inclusivas para as pessoas com deficiência. A mediação cultural feita por esses gestores insere um importante papel na fruição das obras, espetáculos ou qualquer atividade cultural que as instituições fornecem. Contudo, quando se fala em mediação cultural por parte dos ambientes culturais, é necessário desenvolver a sua linguagem para que não se torne extremamente intelectual e científica, como é evidenciado em diversas situações. Contribuir para essa mudança de comportamento por parte dos gestores é aproximar as pessoas com deficiência com as diversas expressões culturais, caracterizado pelo sentimento de familiaridade, pois

(...) o pertencimento é vital: “despertencidos e desapropriados de nossas raízes perambulamos por nossas cidades, sem mitos fortes que nos amarrem, nossas heranças se perderem e não temos o que

colocar no lugar: somos seres desagregados e sem coesão” (GRINOVER, 2006, p. 35 apud FARIA, 2000)

Assim, a hospitalidade é “uma qualidade social antes de ser uma qualidade individual” (GRINOVER, p.31). Partir deste ponto é entender que o ambiente cultural desenvolve um papel social de acolhimento. Contudo, é preciso ter um certo cuidado – na mediação cultural e nas ações dos gestores e pessoas que trabalham naquele ambiente – para que o tratamento não seja feito de uma forma assistencialista e que o atendimento não seja diferenciado. Essas medidas contribuem para a discriminação, correndo o risco de se tornarem insustentáveis. Quando as ações inclusivas são implementadas, é importante incentivar a autonomia e dar abertura para próprias interpretações de cada indivíduo. Ações como estas ajudam a fornecer o pertencimento cultural e permanência das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nestes ambientes.

(...) encontrar caminhos para a inclusão de pessoas com deficiência (...), é garantir que todos aqueles que tenham desejo de se beneficiar deste equipamento não sejam excluídos por conta de diferentes formas de locomoção, cognição e percepção. (SARRAF, 2008, p. 14 e 15)

Ações educativas como ponto fundamental de mediação e, desenvolvidas principalmente pelos setores educativos das instituições culturais desempenham o papel de inclusão social dentro desses ambientes. Elas devem compreender a função de desenvolvimento do indivíduo, aproximando o público – sejam pessoas com deficiência ou sem deficiência – das obras e/ou espetáculos. Segundo Amanda Tojal (2007, p.95) estas ações precisam viabilizar a compreensão das diversas mensagens transmitidas pelos objetos culturais “pois todo objeto cultural, assim como um documento histórico, traz implícito uma rede de informações portadora de múltiplos significados”. Ter em mente ações educativas e culturais voltadas para a acessibilidade é desempenhar a sua função social perante a sociedade. Porém, é preciso que essas ações sejam permanentes pois, de caráter temporárias não desenvolvem efetivamente a inclusão das pessoas com deficiência na vida cultural e no desenvolvimento pessoal. Sendo assim,

(...) se a ação cultural não for capaz de compreender a cultura pelo que ela pode significar de criação, pelo que ela pode significar de movimento de vida, pelo que ela pode significar de termos de um código comunicacional privilegiado pela sua capacidade de revelar os homens a eles mesmos, obviamente que não se prestará a operar qualquer tipo de mudança, mas, quando muito, uma mera contemplação. (TOJAL, Amanda, 2007, p. 45)

Em diversas instituições culturais, o aspecto visual durante a fruição das obras/espetáculos é predominante. A utilização desse único sentido faz com que a pessoa que está observando não compreenda de fato o que está vendo. Quando se entende as especificidades de cada tipo de deficiência, fica explícito a adoção de outros sentidos por parte da mediação. Utilizar aparatos que estimulem a audição, o tato, o paladar, o olfato e a visão em outra vertente, também é importante para o entendimento daquilo que está sendo proposto, principalmente para as pessoas com deficiência visual, auditiva e intelectual. Esse processo de mudança por parte dos ambientes culturais é necessário e urgente em um contexto de desenvolvimento do país – e da inclusão.

Para isso, segundo a Lei Federal 13.146, de 6 de julho de 2015, no Capítulo IX, “Do Direito à Cultura, ao Esporte, ao Turismo e ao Lazer”: “A pessoa com deficiência tem direito à cultura (...) sendo-lhe garantido o acesso<sup>7</sup>:

I - a bens culturais em formato acessível;

II - a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e

III - a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos.

§ 1º É vedada a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, sob qualquer argumento, inclusive sob a alegação de proteção dos direitos de propriedade intelectual.

§ 2º O poder público deve adotar soluções destinadas à eliminação, à redução ou à superação de barreiras para a promoção do acesso a todo patrimônio cultural, observadas as normas de acessibilidade, ambientais e de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

---

<sup>7</sup> Art. 42

No Brasil permanece a tendência de adotar medidas, sejam elas de qualquer vertente e qualquer assunto, apenas quando se tem uma lei e, muitas das vezes, elas não são respeitadas porque não são controladas e fiscalizadas. As atitudes por parte de todos os cidadãos de inclusão e acessibilidade é muito recente no país, assim como leis que garantem a acessibilidade em ambientes culturais. Por ser muito recente, é de suma relevância que esses ambientes se adequem a diferentes tipos de públicos respeitando a diversidade humana. Também, é imprescindível que os prédios, edifícios, locais públicos e privados que vão ser construídos já sejam totalmente acessíveis, e quando forem, que não sejam apenas pela acessibilidade física caracterizando uma “exclusão dentro da inclusão” (SILVILENE, 2013, p.14).

Como exposto anteriormente, os ambientes culturais devem ser acessíveis para todas as pessoas, independentemente de suas limitações. Contudo, estudos são feitos para cada necessidade de acordo com cada deficiência dentro desses ambientes. Partindo desse ponto, é importante direcionar o conhecimento sobre as medidas que devem ser apresentadas, não só em instituições culturais, mas em diversos ambientes encontrados na sociedade.

### **2.2.1 Acessibilidade e inclusão nas instituições culturais para as pessoas com deficiência física (e mobilidade reduzida)**

Inevitavelmente, quando se imagina questões pertinentes a acessibilidade de uma maneira geral em lugares públicos e privados, o primeiro pensamento é o fácil acesso para as pessoas com deficiência física, muitas das vezes para somente cadeirantes. Como foi mostrando anteriormente, a deficiência física engloba diferentes situações e, juntamente com a mobilidade reduzida, se faz importante elaborar medidas que atendam as diversas especificidades destas pessoas.

Ao contrário do que eventualmente se imagina, o acesso da pessoa com deficiência física e com mobilidade reduzida não é dada somente por rampas ou elevadores, mas engloba outras questões que vão desde medidas arquitetônicas até as atitudinais – tão importante para evitar a discriminação. Mobiliários, pisos antiderrapantes, escadas e rampas com corrimões, portas largas, telefones, sanitários, assentos, exposições e informações devem ser acessíveis e respeitados em instituições culturais e precisam ser padronizados. Para isso, a Associação

Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) criou uma Norma Brasileira de Acessibilidade (a mais atualizada sendo a NBR 9050:2015) para padronizar as medidas que devem ser tomadas não só em instituições culturais, mas todo e qualquer edificação, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos existentes no Brasil. Essa padronização se torna extremamente importante para alertar que, por exemplo, não adianta colocar uma rampa nos lugares se as pessoas com cadeira de rodas não conseguem subir sozinhas ou se tem dificuldade em subir com um carrinho de bebê. Esta traz consigo, também, um fator para garantir a livre circulação com autonomia destas pessoas sem a necessidade de ajuda de terceiros, o que não colabora para a plena inclusão.

A luta para a conquista das pessoas com deficiência no Brasil vem se tornando real e concreta. Diversas Leis Federais e decretos foram surgindo ao longo dos anos para ajudar e alertar sobre as necessidades que devem ser impostas para esse público. Em 1985, foi criada a Lei Federal de nº 7.405 que tornou obrigatório o Símbolo Internacional de Acesso em lugares onde se era possível pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida circularem. Na prática, significava um passo para o entendimento de que o lugar que estava usando determinado símbolo internacional, era acessível por todas as pessoas. Segundo a NBR 9050:2015, “O símbolo internacional de acesso deve indicar a acessibilidade aos serviços e identificar espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos, onde existem elementos acessíveis ou utilizáveis por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida”. Além disto, a aplicação do símbolo internacional de acesso para a identificação para as pessoas com deficiência física consiste em um pictograma branco em um fundo azul, porém, podem ser usados, opcionalmente, pictogramas preto e branco (branco sobre um fundo preto ou preto sobre um fundo branco):



Figura 1 - branco sobre fundo azul

Fonte: Google Imagens



Figura 2 - branco sobre fundo preto

Fonte: Google Imagens



Figura 3 - preto sobre fundo branco

Fonte: Google Imagens

O pictograma deve estar necessariamente virado para o lado direito. E também,

Esta sinalização deve ser afixada em local visível ao público, sendo utilizada principalmente nos seguintes locais, quando acessíveis:

- a) entradas;
- b) áreas e vagas de estacionamento de veículos;
- c) áreas de embarque e desembarque de passageiros com deficiência;
- d) sanitários;
- e) áreas de assistência para resgate, áreas de refúgio, saídas de emergência;
- f) áreas reservadas para pessoas em cadeira de rodas
- g) equipamentos e mobiliários preferenciais para o uso de pessoas com deficiência. (NBR 9050:2015, p. 39 e 40)

Para as pessoas com mobilidade reduzida e que precisam de assentos preferenciais, o símbolo internacional do acesso consiste em pictograma preto sobre um fundo branco como mostrado a seguir:



Figura 4 - mobilidade reduzida  
Fonte: Google  
Imagens



Figura 5 - grávida  
Fonte: Google  
Imagens



Figura 6 - Pessoa com criança de colo  
Fonte: Google  
Imagens



Figura 7 - idoso  
Fonte: Google  
Imagens

O Símbolo Internacional do Acesso deve ficar exposto de uma forma clara e limpa. Nas instituições culturais, para as pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida, devem ser mostradas nos sanitários; nos balcões de entrada e de informação; nos assentos destinados em salas de cinema e teatro; em exposições que tenham mobiliário adequado; em bibliotecas e salas de leitura; nos elevadores; nas cafeterias e lanchonetes; em salas destinadas a cursos e palestras; além de rampas internas e externas e vagas de estacionamento. Todos esses ambientes são padronizados e possuem medidas específicas para pessoas com cadeiras de rodas,

peças que precisam do apoio de muletas e pessoas de baixa estatura, sendo especificadas na NBR 9050:2015.

Estas medidas acessíveis que devem ser adotadas pelas instituições culturais contemplam uma cultura inclusiva ainda em fase de desenvolvimento. Adotá-las significa ter preocupação com o próximo e permitir a circulação de todas as pessoas. Este entendimento garante que as pessoas não sejam discriminadas e que, além de poderem acessar, elas possam permanecer nesses lugares.

Como discutido anteriormente, a sociedade foi projetada para uma população padrão, com pessoas de altura e mobilidade padrão. A primeira questão que surge no momento da aplicação de medidas acessíveis para as pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida é suprir as diferentes especificidades. Nos balcões espalhados pelas instituições culturais, um cuidado para que as pessoas com cadeiras de rodas e pessoas de baixa estatura não tenham nenhum problema; espalhar assentos por todos os ambientes para os idosos ou as mulheres grávidas e com crianças de colo possam descansar; adotar medidas de conscientização por parte da equipe que trabalha naquele lugar; ter uma curadoria em exposições que não se preocupe apenas com o conteúdo das obras, mas com os diferentes públicos que as obras podem abarcar. Essas ações são necessárias para acolher e causar um sentimento de familiaridade, tão importantes para o pertencimento.

### **2.2.2 Acessibilidade e inclusão nas instituições culturais para as pessoas com deficiência visual**

Ao observar as instituições culturais, percebe-se que o fator predominante na maioria delas é o aspecto visual, principalmente se for em um museu. Este fator é o maior empecilho para a adoção de medidas inclusivas para as pessoas com deficiência visual nestes lugares. Para isso, a comunicação se torna um dos – se não o maior – meio que estas pessoas têm para usufruir de todos os ambientes das diversas instituições culturais. Esta comunicação pode ser explorada em todos os sentidos, inclusive por exposições voltadas para este público, como exemplo de esculturas e obras táteis, exposições que exploram o olfato, a audição ou até mesmo

o paladar. A comunicação em braille<sup>8</sup> também deve ser distribuída por todas as dependências do edifício, justamente para incentivar a autonomia por estas pessoas.

Em um primeiro momento, enfatizar a importância da orientabilidade com autonomia se torna necessária em uma concepção de inclusão. Para isso, medidas simples e que não demandam de grandes mudanças nos prédios podem ser perfeitamente executadas.

Como em qualquer ambiente, a porta de entrada é a primeira impressão que as pessoas têm de qualquer prédio/edifício/instituição. Para as com deficiência visual pisos táteis direcionais e de alerta e boa iluminação são imprescindíveis, levando em consideração que esta engloba tanto as pessoas que não enxergam nada até as que possuem baixa visão. O ideal é o equipamento cultural disponibilizar sua programação em formato acessível, como informações em braille ou material com contraste e tamanho ideal para as pessoas com baixa visão. Além disso, como dito anteriormente, informações espalhadas pelas dependências em braille, ajudam a pessoa com deficiência visual a se locomover sozinha, e descobrir onde estão localizados os sanitários, a sala de cinema, o teatro, as galerias, enfim, para onde ir sem necessariamente precisar de ajuda de terceiros.

Tomando como exemplo um centro cultural, onde reúne diversas expressões artísticas/culturais em um mesmo lugar, inúmeras maneiras de transformar este local acessível para as pessoas com deficiência visual podem ser encontradas. No cinema, pode-se incluir audiodescrição em filmes, documentários ou qualquer outra programação que passa neste ambiente. O mesmo pode ser praticado em peças ou espetáculos de dança que são apresentadas no teatro. A audiodescrição se torna um dos principais fatores dentro da tecnologia assistiva para que a pessoa com deficiência visual possa fruir do conteúdo proposto. Segunda a Lei Federal 13.146, Art. 3º, Inciso III, a tecnologia assistiva ou ajuda técnica são:

---

<sup>8</sup> O sistema Braille é um processo de escrita e leitura baseado em 64 símbolos em relevo, resultantes da combinação de até seis pontos dispostos em duas colunas de três pontos cada. Pode-se fazer a representação tanto de letras, como algarismos e sinais de pontuação. Ele é utilizado por pessoas cegas ou com baixa visão, e a leitura é feita da esquerda para a direita, ao toque de uma ou duas mãos ao mesmo tempo. Disponível em: <<http://novaescola.org.br/conteudo/397/como-funciona-sistema-braille>>

produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Sendo assim, reconhecida pelo Art. 67 desta mesma lei, a audiodescrição é considerada uma tecnologia assistiva e deve ser executada como medida de acessibilidade em espaços culturais e de lazer. Para a Portaria nº 310<sup>9</sup>, de junho de 2006, a audiodescrição “corresponde a uma locução, em língua portuguesa, sobreposta ao som original do programa, destinada a descrever imagens, sons, textos e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência visual” (BRASIL, 2006). Basicamente, a audiodescrição é um recurso que transforma em descrição verbal, imagens visuais e são colocadas entre as falas dos personagens (DAVID, HAUTEQUESTT e KASTRUP, 2012) e não devem interromper os diálogos sendo isento de interpretações próprias do audiodescritor. A partir disso, o maior desafio encontrado é a falta de produção de audiodescrição de larga escala, ou ainda, a própria qualificação desconhecida no mercado.

A audiodescrição pode, também, ser uma ferramenta utilizada em exposições com audioguias. Esta vai ajudar a pessoa com deficiência visual a entender o que está sendo exposto, sentindo-se assim, pertencida naquele ambiente cultural. Para recintos em que são disponibilizados computadores ou *tablets* para a consulta à internet, *softwares* devem ser viabilizados para estas pessoas, e também são afirmadas pela Lei Federal nº 13.146.

Entretanto, é preciso destacar neste momento, o treinamento das pessoas que trabalham nas instituições culturais para que tenham um atendimento adequado direcionado para as pessoas com deficiência visual e que este não se torne assistencialista. Qualificar estas pessoas significa cumprir a função social que estas instituições culturais desempenham. Muitas vezes, o não saber da existência de leis que garantem os direitos das pessoas com deficiência prejudica a adoção de medidas acessíveis, podendo se tornar discriminatórias como por exemplo a expulsão de cão

---

<sup>9</sup> “Portaria que aprova a [Norma nº 001/2006](#) - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão”

guia das pessoas com deficiência visual<sup>10</sup>. Quando se trata de qualificação, a facilidade em incluir o próximo é mais notável.

Para isso, a mediação feita por gestores culturais para com seu público é essencial como forma de inclusão, apesar de medidas adotadas com o intuito de acessibilidade não serem tão frequentes quanto deveriam ser. Em um ambiente que é garantido a democracia cultural e deve abranger todos os tipos de público, não colocar uma programação que seja acessível para todas as pessoas se torna contraditório e não ajuda e nem valoriza para a cidadania cultural/social.

### **2.2.3 Acessibilidade e inclusão nas instituições culturais para as pessoas com deficiência auditiva**

Quando a acessibilidade entra em evidência, de alguma forma, não é pensado precisamente nas pessoas com deficiência auditiva, justamente por estar se locomovendo bem ou conseguir notar o espaço visualmente. Entretanto, é necessário que toda e qualquer diversidade humana seja considerada para medidas de inclusão.

Assim como a deficiência física e a visual, dentro da deficiência auditiva encontram-se diversas especificidades. Os surdos, por exemplo, podem se comunicar com leitura de lábios e usam uma língua oral, sendo fluentes em sua língua materna, no caso, o português; ou podem ser fluentes apenas na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). São os chamados surdos oralizados e não oralizados. Para Anahi Guedes de Mello, os

Surdos oralizados e não oralizados geralmente apresentam diferentes raízes de concepção de mundo. Enquanto estes últimos estão mais próximos de uma "massificação" da Cultura Surda, que tem na língua de sinais a sua manifestação maior de cultura; os oralizados se aproximam mais das manifestações da Cultura Ouvinte, onde privilegia-se a habilidade da fala e eficácia em leitura labial. Por isso, nota-se que as características pedagógico-educacionais exigidas por ambos os grupos são diferenciadas. (MELLO, 2001)

---

<sup>10</sup> Art. 1º É assegurado à pessoa com deficiência visual acompanhada de cão-guia o direito de ingressar e de permanecer com o animal em todos os meios de transporte e em estabelecimentos abertos ao público, de uso público e privados de uso coletivo, desde que observadas as condições impostas por esta Lei. (Redação da LEI Nº 13.146/15)

Para a autora, o primeiro está melhor inserido da comunidade ouvinte, enquanto o segundo, é “mais fortemente inserido nos patamares linguístico-sócio-cultural que permeiam a cultura surda”. Na verdade, a Língua Brasileira de Sinais só foi oficializada como meio legal de comunicação em 2002, através da Lei Federal de nº 10.436, e em seu Art. 1, parágrafo único é entendido como Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) “forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. ” (BRASIL, 2002). Esta oficialização foi uma vitória da própria comunidade surda e de instituições e associações ligadas a este público. Para QUADROS (2013, p. 38),

As línguas de sinais são sistemas linguísticos que passaram de geração em geração de pessoas surdas. São línguas que não se derivam de línguas orais, mas fluíram de uma necessidade natural de comunicação entre pessoas que não utilizam o canal auditivo-oral, mas o canal espaço-visual como modalidade linguística. (MARCELINO, Felipe apud QUADROS, 1997, p. 47)

O importante neste contexto é respeitar esta diferença e adotar medidas que abrangem todo o público de pessoas com deficiência auditiva. Para elas, o fator comunicacional é a maior barreira encontrada nos ambientes.

Nas instituições culturais, diversas maneiras de acessibilidade comunicacional para as pessoas com deficiência auditiva podem ser adotadas. A começar pela constituição de uma equipe especializada com pelo menos um intérprete de LIBRAS nesses espaços. Mais uma vez, a qualificação da equipe e dos gestores culturais entra em evidência mostrando que é uma das principais formas de acessibilidade para a inclusão dos diversos públicos.

Em centros culturais, por exemplo, podem ser encontradas na programação cultural e na comunicação por parte da equipe e dos gestores culturais com o atendimento para este público. Nos cinemas, assim como o cuidado da audiodescrição para as pessoas com deficiência visual, recursos de entendimento do filme/documentário podem ser adotados. Para os surdos não oralizados, imagem de um intérprete de LIBRAS pode ser colocado no canto destes filmes/documentários

sem atrapalhar o entendimento por parte das pessoas sem deficiência auditiva. E, para os surdos oralizados, a utilização de *close caption* também pode ser inserido, assim como nas televisões. Este recurso se assemelha com a audiodescrição, sendo que o *close caption* descreve visualmente os sons da imagem, enquanto a audiodescrição descreve a imagem em recurso sonoro.

Em exposições com equipamentos sonoros também devem ter meios visuais para o entendimento dessas pessoas. Em dispositivos espalhados pelas dependências, o uso de serviços de transcrição em texto de documentos sonoros digitais orais. Em debates, seminários e bate-papos, o auxílio de uma intérprete de LIBRAS e legendas em *close caption* também se faz necessário para o acompanhamento e a participação na vida cultural.

Contudo, nota-se que programações culturais nestas instituições têm caráter temporário, não sendo possível uma pessoa com deficiência auditiva ou visual chegar nesses ambientes e desfrutar de suas dependências sabendo que vai ser incluída. Este empecilho é facilmente encontrado nos principais espaços culturais do Brasil, e é um obstáculo a ser superado pelos gestores culturais.

#### **2.2.4 Acessibilidade e inclusão nas instituições culturais para as pessoas com deficiência intelectual**

Um dos maiores desafios encontrados pelos gestores nos espaços culturais é a conscientização e preparação da equipe que recebe as pessoas com deficiência. Este preparo é ainda mais defasado quando se discute relações e medidas de acessibilidade para as pessoas com deficiência intelectual. A questão da acessibilidade atitudinal se torna ainda mais necessária no que concerne essas pessoas, por simplesmente não saber como trata-las. O preconceito ainda é muito presente, mas, não deve significar o esquecimento de que as pessoas com deficiência intelectual podem desenvolver características sociais e cidadãs, incluindo culturalmente.

A mediação entra, mais uma vez, como fonte indispensável para a inclusão dessas pessoas em todos os ambientes culturais. E, o conhecimento de gestão e de leis se torna imprescindível.

Primeiramente, é importante destacar a diferença entre pessoa com deficiência intelectual e pessoa com doença mental. Segundo a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), a deficiência intelectual é o atraso no desenvolvimento da pessoa, com dificuldades de aprendizado e de realização de tarefas do dia a dia juntamente com a interação com o meio em que vive. Sendo assim, é um comprometimento cognitivo que acontece antes dos 18 anos, como explicado pelo o Decreto Federal nº 5.296 de 2004, e prejudica as habilidades adaptativas. Já a doença mental:

engloba uma série de condições que causam alteração de humor e comportamento e podem afetar o desempenho da pessoa na sociedade. Essas alterações acontecem na mente da pessoa e causam uma alteração na sua percepção da realidade. Em resumo, é uma doença psiquiátrica, que deve ser tratada por um psiquiatra, com uso de medicamentos específicos para cada situação. (<http://www.apaesp.org.br/SobreADeficienciaIntelectual/Paginas/O-que-e.aspx>)

Geralmente, deficiência intelectual e doença mental são comumente confundidas nos dias atuais. É necessário enfatizar que deficiência não é uma doença, e sim uma limitação que pode ser diminuída com medidas de acessibilidade. A pessoa com deficiência intelectual pode desenvolver aspectos sociais da mesma forma como todos os cidadãos desenvolvem. Contudo, por outro lado, diferenciar pessoa com deficiência intelectual e com doença mental não quer dizer que as instituições não devam pensar medidas para este público também, haja vista que a acessibilidade e a inclusão é feita e pensada para todas as pessoas. Por isso, a mudança de atitude por parte da equipe que representa a instituição/equipamento cultural se torna extremamente necessário para a inclusão plena dos cidadãos.

Como dito anteriormente, a mediação é e precisa ser uma forma de inclusão na participação cultural na vida das pessoas com deficiência. Como formação de público, é um caminho para atrair mais as pessoas com deficiência intelectual e seus familiares e amigos. Se a instituição cultural incluir mediações para esse público em específico, esses espaços seriam mais ainda um lugar de identificação e pertencimento por todas as pessoas, independentemente das limitações.

Para garantir que a inclusão seja feita nesses espaços, a adoção de uma linguagem mais simplificada e menos científica se faz necessária em ambientes onde não tem a preocupação das pessoas com deficiência intelectual estar entendendo e fruindo a obra/espetáculo/manifestação cultural. O setor educativo desses espaços entra com um papel fundamental para este público. A adoção de ações culturais voltadas para o melhor entendimento das obras ou dos espetáculos podem ser usados como forma de inclusão.

Em exposições, intérpretes orais concedidos pelas instituições para uma abordagem mais fácil de ser entendida desempenham este papel. Aparatos multissensoriais podem ser abordados da mesma forma com as pessoas com deficiência visual. Oficinas e programas pontuais podem e devem ser oferecidos com a utilização de mecanismos que influenciem o total entendimento do que está sendo proposto, como por exemplo, a adoção de desenhos, imagens ou qualquer outra medida visual. Os audioguias podem desempenhar, também, este papel da mesma forma que utilizadas para as pessoas com deficiência visual, juntamente com a audiodescrição. Outro importante fator é dirigir, de forma simplificada, à pessoa com deficiência intelectual, e não a pessoa que a está acompanhando, não colaborando assim para o assistencialismo, tão prejudicial ao pertencimento destas pessoas nos diversos ambientes da sociedade.

Contudo, quando se pensa em questões pertinentes às pessoas com deficiência intelectual, apesar da vontade de medidas para incentivar a autonomia nos ambientes culturais, é importante lembrar que muitas vezes a plena autonomia não é possível. Para isso, o processo de conscientização e informação aos pais ou as pessoas responsáveis é fundamental para que a vida cultural não seja diminuída ou descartada pelas pessoas com deficiência intelectual. Este entendimento transforma a vontade de ambos os lados a inclusão da cidadania cultural.

### CAPÍTULO 3

## ANÁLISE DE ACESSIBILIDADE NOS CENTROS CULTURAIS

Os primeiros centros culturais foram criados em países como França e Inglaterra ainda na segunda metade do século XX. Estes centros culturais foram pensados no intuito de democracia cultural, tendo iniciativas baseadas na tendência da cultura de massa que estava sendo estabelecida na época. Autores como Milanesi (1997) e Celina Silva (1995), afirmam que o primeiro centro cultural moderno na Europa foi o Centre National d'Art et Culture George Pompidou<sup>11</sup>, inaugurado em Paris, em 1975. Desde então, serviu de exemplo que foi copiado por muitos outros países. Ainda que os centros culturais parecessem novidade, seu surgimento foi o que seria um desenvolvimento natural das bibliotecas (MILANESI, 1997) tendo em vista a mudança na tecnologia de informação e de adoção de outras atividades, como palestras, exibição de filmes ou exposições, as quais não seriam mais destinadas a gestão de bibliotecários. As bibliotecas, também, seriam um centro de cultura por reunir diversos pensamentos e ideias de autores importantes para história, bem como a literatura de toda uma geração de pensadores e pesquisadores.

No Brasil, os primeiros grandes centros culturais foram inaugurados em São Paulo, já na década de 80, mostrando que a disseminação deste tipo de equipamento cultural ainda é muito recente no histórico nacional. Estes foram financiados, essencialmente, pelos governos estaduais e municipais, e logo serviu de exemplo para outros centros culturais que foram surgindo pelo Brasil. No final desta mesma década, empresas privadas e/ou mistas começaram a investir nesses centros como forma de “responsabilidade social” ainda que, para Freitas (2012, p.11) por trás desse investimento estavam estratégias de marketing da empresa, agregando valor à sua marca.

Na década de 90, diversos centros culturais foram surgindo pelo Brasil, muitos deles de iniciativa privada. Este surgimento se deve, principalmente, pela política de financiamento à cultura através de incentivos fiscais, adotadas nessa época (FREITAS, 2012, p.15). Sendo assim:

---

<sup>11</sup> Com ideias surgindo na época de renovar Paris como uma cidade de arte e cultura, foi criado o centro cultural com uma biblioteca, centro de arte contemporânea e Instituto de Pesquisa e Coordenação de Acústica/Música.

Na década de 90, as principais fontes de financiamento para projetos culturais, no Brasil, foram as leis de incentivos fiscais à cultura, em consonância com a idéia neoliberal que se expandiu da economia para todas as áreas da gestão pública nas décadas de oitenta e noventa. A partir da implantação da Lei Mendonça no município de São Paulo, com base no ISS (Imposto Sobre Serviços) e, em 1995, da Lei Rouanet, com base no Imposto de Renda, sucedeu-se a criação de incentivos semelhantes em vários estados e municípios. (FREITAS, 2012, p. 15 apud OLIVIERI, 2004, p. 21)

Além deste incentivo fiscal, as empresas começam a ver o investimento à cultura como um investimento para a própria imagem institucional, levando em consideração o aprofundamento dos seus laços para com a comunidade e, conseqüentemente, agregando o valor para esta empresa.

Um centro cultural está diretamente ligado à cidade aonde está localizado. Para isto, é necessário enfatizar a importância de criação e discussão das diversas manifestações que se encontram em suas dependências. A criatividade é um fator essencial para a manutenção das atividades regulares e é necessária uma atenção por parte dos gestores para que a programação seja fruída em todas as suas instâncias, e que gere discussões que possam valorizar e agregar o indivíduo. Segundo Luís Milanesi, um centro cultural tem a função de informar, discutir e criar. A informação é a ação que mais se encontra nos centros cultural, com toda a diversidade de programas oferecidos. Para ele, é necessário saber como fazer a informação necessária ao público que dele precisa (1997, p.173), para isso, a importância do gestor em conhecer o público da cidade em que o centro cultural se encontra é essencial. Já a discussão é feita através da informação que este centro cultural fornece, dando oportunidades de reflexão e crítica para então, dar espaço de criação como objetivo de um centro de cultural. Segundo Milanesi, sem criação não há ação cultural. (1997, p. 181).

Levando em consideração estas questões abordadas, o entendimento do que é um centro cultural e o que ele deve fornecer e discutir para com as pessoas é de uma relevância tamanha sobre a valorização de cada indivíduo dentro de uma sociedade que é, como dito anteriormente, heterogênea.

### **3.1 Acessibilidade Cultural na Prática: Análise dos Centros Culturais do Centro do Rio de Janeiro**

### **3.1.1 Histórico**

#### **3.1.1.1 Centro Cultural Justiça Federal**

O prédio em que hoje abriga o Centro Cultural Justiça Federal (CCJF) foi projetado pelo arquiteto Aldopho Morales de Los Rios e é um grande testemunho da arquitetura eclética no país. Sua construção iniciou em 1905 juntamente com a reforma urbanística que estava acontecendo no Rio de Janeiro – então capital federal – naquela época. A princípio, o prédio estava sendo projetado para abrigar a Mitra Arquiepiscopal. Entretanto, com a decisão de não mais abrigá-la à aquele prédio, o Governo Federal tomou posse e o transformou, desde sua inauguração em 3 de abril de 1909, em sede do Supremo Tribunal Federal.

Com a transferência da Capital Federal para Brasília, em 1960, o prédio deixou de ser sede do Supremo Tribunal Federal e abrigou o Superior Tribunal Eleitoral, o Tribunal de Alçada e Varas da Justiça Federal de 1º Instância, até 1994. Passados sete anos de restauração, no qual foi preciso devido aos transtornos causados neste período, em 4 de abril de 2001 foi aberto ao público e inaugurado o Centro Cultural Justiça Federal.

No edifício, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), encontram-se diversas atividades culturais, com a presença de galerias de exposições, cinema, teatro, biblioteca, sala de curso, salas de leituras, cafeteria, além da sala de sessões onde acontecem visitas guiadas sobre a história do prédio e sua importância para o contexto nacional.

#### **3.1.1.2 Caixa Cultural**

Inaugurada em 2006, a Caixa Cultural encontra-se no edifício sede da Caixa, localizado na Avenida Almirante Barroso, ao lado da Estação Carioca do metrô. Também possui o Teatro Nelson Rodrigues, localizado na Avenida Chile. Em sua representação no Rio de Janeiro, a Caixa Cultural é uma importante referência de centro cultural na cidade.

Em sua estrutura, a Caixa Cultural oferece galerias de exposições, teatro e cinemas. Com programação gratuitas para as exposições, os espetáculos teatrais e de dança e as mostras de cinema são oferecidas a um preço popular. O espaço oferece, também, visitas guiadas mediante agendamentos.

### **3.1.1.3 Centro Cultural Correios**

Construído inicialmente para sediar a escola do Lloyd Brasileiro, o prédio em que hoje abriga o Centro Cultural dos Correios também é um testemunho da arquitetura eclética da época. Sua inauguração ocorreu em 1922, sendo destinado, então, ao funcionamento de unidades administrativas e operacionais dos Correios. Por questões de reformas, na década de 80, o prédio foi fechado sendo reaberto em junho de 1992 para receber a “Exposição Ecológico 92” evento participante do calendário da conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente daquele ano.

No ano seguinte, em agosto de 1993 finalmente foi inaugurado o Centro Cultural Correios, com a “Exposição Mundial Filatelia – Brasileira 93”. O centro cultural é destinado a promover diversas expressões artísticas e possui em sua estrutura um teatro, galerias de exposição e também um bistrô. Além disso, o Centro Cultural Correios também oferece um espaço externo para eventos musicais numerosos.

## **3.2 Análise de Acessibilidade e Inclusão para as Pessoas com Deficiência Física (ou mobilidade reduzida)**

### **3.2.1 Entradas e Acessos pelas dependências dos centros culturais**

A primeira visita exploratória foi realizada com o intuito de perceber o ambiente sem necessariamente precisar de ajuda de terceiros. Este fato contribuiu para mostrar como os centros culturais analisados lidam com essa questão em uma primeira impressão.

Na Caixa Cultural foi observado um acesso em sua única entrada para o centro cultural com a utilização de uma mini rampa adaptável para o degrau que se encontra na porta. Esta rampa foi uma alternativa bastante interessante para não se mexer na estrutura e aparência do prédio, até porque existe apenas um degrau que impede a

passagem do cadeirante de entrar no centro cultural. Já no Centro Cultural Justiça Federal e no Centro Cultural Correios, as rampas de acesso para cadeirantes ou pessoas com mobilidade reduzida são encontradas pelas entradas laterais, no acesso ao estacionamento, sendo excluídas completamente da porta principal por onde entram as pessoas que não precisam das rampas. Segundo a Diretora de Cultura do CCJF, foi pensado em acoplar um elevador para cadeirantes nas escadas da entrada principal, porém, ainda haveria outro lance de escadas na qual não existe um espaço para que esse elevador fosse implementado. A rampa lateral já direciona a pessoa com deficiência física ou mobilidade reduzida ao patamar em que se encontra os elevadores, facilitando o caminho para essas pessoas.

Figura 8 – Rampa Caixa Cultural



Fonte: Foto da autora

Figura 10 – Entrada Principal CCJF



Fonte: Foto da autora

Figura 9 – Rampa CCJF



Fonte: Foto da autora

Figura 11 – Rampa Centro Cultural Correios



Fonte: Foto da autora

No Centro Cultural Correios, ainda, o acesso até chegar a rampa é feito por uma parte em paralelepípedo, onde começa na entrada de carros para o estacionamento e termina do outro lado do ambiente externo, o que dificulta bastante a locomoção. Além do mais, o acesso feito por essa área externa do centro cultural, muitas vezes acontecem eventos de música para um grande público. Para o

cadeirante e a pessoas com mobilidade reduzida, fica ainda mais difícil adentrar as dependências do centro cultural quando esses eventos ocorrem. Segundo a responsável pelo acompanhamento das atividades culturais do Centro Cultural Correios, não foi pensado uma alternativa para melhorar o pedaço em paralelepípedo que se encontra no meio da rampa para essas pessoas.

Por isto, ter uma entrada separada da entrada principal muitas vezes pode ser um grande problema contribuindo para a discriminação. Quando as instituições culturais tomam medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência física é preciso ter em mente questões de pertencimento, e uma entrada para todas as pessoas independentemente das limitações físicas é de suma importância.

Os três centros culturais analisados possuem elevadores para acessar os outros andares das dependências. Na Caixa Cultural possui, ainda, uma escada rolante para o segundo andar, ajudando as pessoas com algum tipo de mobilidade reduzida. No CCJF e na Caixa Cultural, os botões dos elevadores podem ser apertados por uma pessoa com cadeira de rodas. Contudo, a Caixa Cultural no Rio de Janeiro funciona dentro de um prédio corporativo, sendo assim, os elevadores não param no andar do centro cultural, apenas funcionam para o resto do prédio. Quando chega um cadeirante, é necessário comunicar alguém da equipe do centro cultural para que possa haver uma liberação e este possa usar o elevador para chegar no andar em que a maioria da programação cultural acontece. Este fato dificulta que um cadeirante – ou uma pessoa com carrinho de bebê, por exemplo – possa usufruir das atividades culturais com toda autonomia. Foi perguntado ao representante do setor de marketing cultural da Caixa Cultural se essa questão poderia ser resolvida e o mesmo afirmou que não pela razão do prédio ser alugado e que, se essa situação fosse mudada, o elevador não iria dar vasão a todas as pessoas, tanto as que trabalham nos outros andares do prédio quanto as que vão para a Caixa Cultural. Para isso, existem as escadas rolantes, mesmo estas não atendendo as outras pessoas citadas acima.

No Centro Cultural Correios, existe um elevador original que fica na parte central do ambiente. Nele, é necessário abrir manualmente uma grade para conseguir entrar. Entretanto, existe outro elevador – que é de serviço – localizado perto da entrada lateral. Foi perguntado para a representante das atividades culturais se o acesso dos cadeirantes para os outros andares do centro cultural ser feito pelo

elevador de serviço não contribuía para a exclusão, e a mesma informou que esta utilização tem apenas a intenção facilitar o caminho para essas pessoas, já que este fica perto da entrada da rampa, na parte lateral.

Apesar da existência de elevadores no Centro Cultural Justiça Federal, segundo representante do setor de Relações Institucionais, esses elevadores são o grande problema do centro cultural, não só para as pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida, mas para todas as pessoas, incluindo os funcionários – tendo em vista a altura dos andares desse prédio histórico – pois não funcionam direito. Como o centro cultural é ligado ao Tribunal de Justiça, toda a verba destinada para a manutenção das dependências do prédio vem de lá, e atualmente, a ordem é diminuir todas as despesas, não sobrando para a troca dos elevadores. Sendo assim, nos dias que os elevadores não funcionam, as pessoas com mobilidade reduzida, porém apenas as que conseguem, precisam subir pelas escadas centrais, que possui corrimão para apoio – assim como em todos os centros culturais analisados – para acessar os andares superiores. Por outro lado, um cadeirante só teria acesso ao andar do térreo, infringindo assim, seu direito de circular por todos os espaços desta instituição cultural.

Figura 12 – Elevador Caixa Cultural



Fonte: Foto da autora

Figura 13– Elevador CCJF



Fonte: Foto da autora

Apenas o CCJF e a Caixa Cultural possuem banheiros adaptados, ambos sendo identificados com o Símbolo Internacional do Acesso. No CCJF, também foi encontrado bebedouro adaptável para cadeirantes e pessoas de baixa estatura. Por outro lado, além dos banheiros pelas dependências do Centro Cultural Correios não serem adaptados, ainda possuía um degrau em suas entradas. Sobre os balcões de informações e de vendas de ingressos, nenhum centro cultural possuíam com uma

altura mínima (não mais que 1 metro) necessária para que pessoas com cadeiras de rodas e pessoas com baixa estatura pudessem ser atendidas de forma adequada. Na Caixa Cultural, todos os balcões espalhados pelas dependências do centro cultural não são acessíveis para estas pessoas. Já o CCJF e o Centro Cultural Correios além de não oferecer balcão de informação em altura adequada, os mesmos se encontram em lugares onde uma pessoa com cadeira de rodas não pode acessar pela existência de degraus altos. O Segundo ainda tem a opção de o balcão de vendas estar localizado perto da rampa de acesso, entretanto, no CCJF, se alguma pessoa cadeirante, uma pessoa com qualquer outro comprometimento nos membros inferiores ou até de baixa estatura, quiser informações ou comprar ingressos para as atividades culturais, precisa necessariamente de ajuda de terceiros – contribuindo para o assistencialismo.

Figura 14 – Balcão Caixa Cultural



Fonte: Foto da autora

Figura 15 – Balcão Centro Cultural Correios



Fonte: Foto da autora

No CCJF e na Caixa Cultural foram encontrados lugares para descanso, como bancos e almofadas. Entretanto, em nenhum deles foi encontrado apoio para as costas e para os braços. No CCJF, o apoio para as costas era a própria parede do prédio. Já no Centro Cultural Correios, não foi encontrado qualquer banco de descanso pelo andar do Térreo, apenas nos andares das exposições. Este fator é imprescindível para o descanso de idosos, grávidas ou com crianças de colo, e pessoas com comprometimento nas partes inferiores, e pode ser um dos principais motivos de permanência e de volta ao espaço cultural. Na caixa cultural e no CCJF, os bancos eram localizados, ainda, em pisos escorregadios, contribuindo para acidentes dessas pessoas.

Figura 16 – Assento Caixa Cultural



Fonte: Foto da autora

Figura 17 – Assento CCJF



Fonte: Foto da autora

### 3.2.2 Galerias de Exposições

Na primeira visita exploratória também foram analisados como a acessibilidade para as pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida estavam sendo abordadas nas salas expositivas. Na Caixa Cultural, a visita foi feita na exposição “Picasso: mão erudita, olho selvagem” em exposição de 13 de setembro a 20 de novembro de 2016, com obras trazidas do Musée National Picasso-Paris. No Centro Cultural Correios a exposição analisada foi “Lentes da Memória” prevista na programação do dia 06 de outubro a 04 de dezembro de 2016, e no CCJF foi analisada a exposição “Festival de Esculturas do Rio – 2º Edição” em exposição do dia 10 de setembro à 30 de outubro de 2016.

Em todas as exposições analisadas as posições dos quadros estavam em uma altura adequada (entre 1,25 e 1,65 do chão) para a observação de cadeirantes e pessoa de baixa estatura. O mesmo foi observado nas vitrines apresentadas na exposição “Picasso: mão erudita, olho selvagem” e “Lentes da Memória”. As obras, também, apresentaram disposição pelo ambiente adequada, seguindo um padrão, o que facilita a mobilidade pelas galerias de exposição.

Já no material audiovisual encontrado na exposição, apenas o Centro Cultural Correios ofereceu bancos para assisti-lo, e foi em uma parte separada do ambiente com as obras expostas. Por outro lado, o Centro Cultural Correios não disponibilizou assentos ao longo da exposição – que era relativamente grande. Na Caixa Cultural, além de não ter sido disponibilizado bancos para assistir esse material, o mesmo se encontrava no caminho da sequência da visualização das obras. Já no CCJF, não

houve utilização de material audiovisual na exposição “Festival de Esculturas do Rio”, entretanto, também não foram encontrados assentos disponíveis dentro das salas da exposição, apenas nos corredores do lado de fora. Contudo, o espaço expositivo do CCJF é bem menor do que da Caixa Cultural e do Centro Cultural Correios. A utilização de bancos é uma ferramenta de acessibilidade imprescindível, tendo em vista a deslocação e o cansaço de pessoas com deficiência física e com mobilidade reduzida, como idosos, grávidas e pessoas com criança de colo.

Figura 18 – Exposição Caixa Cultural



Fonte: Foto da autora

Figura 20 – Exposição Caixa Cultural



Fonte: Foto da autora

Figura 19 – Exposição Centro Cultural Correios



Fonte: Foto da autora

Figura 21 – Exposição CCJF



Fonte: Foto da autora

### 3.2.3 Teatros e Cinemas

Nas dependências da Caixa Cultural, é encontrado um teatro de arena quadrado, podendo a plateia ser separada em quatro partes. Com capacidade para 226 pessoas, 5 desses lugares são reservados para cadeirantes, sendo sinalizados pelo Símbolo Internacional do Acesso. Sua entrada não tem nenhum obstáculo impedindo a passagem de todas as pessoas com deficiência física. O CCJF e o Centro Cultural Correios possuem teatros no andar do térreo e ambos disponibilizam

assentos para as pessoas com deficiência, também sendo identificados pelo Símbolo Internacional do Acesso. O primeiro, com 141 lugares, sendo que 4 são móveis para cadeirantes e um fixo para a pessoa obesa, no segundo, com 200 assentos, também são disponibilizados lugares para cadeirantes. Contudo, não há assento para obeso.

Com relação ao ambiente do cinema, apenas o Centro Cultural Correios não possui um espaço próprio para a exibição de filmes. Quando acontece alguma programação de exibição de filmes e/ou vídeos, um telão é colocado no palco do espaço do teatro. Na Caixa Cultural, entretanto, existem dois cinemas, um com 81 lugares e o segundo com 83 lugares. Na primeira visita exploratória não foi encontrado placa que indicasse a existência de assentos reservados para pessoas com deficiência, entretanto, 3 lugares são reservados para cadeirantes em ambos os cinemas. É importante destacar que a entrada para os dois cinemas da Caixa Cultural é feita através de escadas. Portanto, o cadeirante adentra nesse espaço pela saída de emergência. No cinema do CCJF, também é disponibilizado lugares para pessoas com deficiência. São 4 assentos móveis caso tenha a presença de um cadeirante e um 1 assento fixo para pessoa obesa. Sua entrada é localizada perto da rampa de acesso, facilitando a transição pelo espaço.

Figura 22 – Teatro Caixa Cultural



Fonte: Foto da autora

Figura 23 – Cinema Caixa Cultural



Fonte: Foto da autora

Figura 24 – Entrada Cinema Caixa



Fonte: Foto da autora

Figura 25 – Teatro CCJF



Fonte: Foto da autora

Esta análise ajudou a levantar uma questão sobre inclusão dentro dos espaços de teatro e cinema no que se refere à família das pessoas com deficiência. Não basta apenas ter seu lugar reservado, mas é importante pensar que essas pessoas possuem família ou podem estar acompanhadas de mais de uma pessoa (Na Lei Federal 13.146 é obrigatório a reserva de pelo menos um acompanhante para cadeirantes). Essa abordagem da ausência de lugares para acompanhantes pode ser um fato de não ida para os equipamentos culturais. Como foi apresentado antes, os equipamentos culturais devem, além de garantir medidas de acessibilidade que são assegurados por lei, garantir que estas medidas também sejam de inclusão e pertencimento.

### 3.2.4 Bibliotecas

Dos três centros culturais analisados, apenas o CCJF possui uma biblioteca. Neste centro cultural, além do espaço oferecer uma biblioteca, ainda dispõe de duas salas de leitura, uma no Térreo logo na porta de entrada, e outra no 2º andar acoplada com a própria biblioteca. Na sala de leitura do térreo existem dois degraus – além de outros no primeiro patamar do prédio – o que impossibilita a entrada pelas pessoas com cadeira de rodas ou até mesmo as pessoas que tem algum comprometimento na parte inferior do corpo. Já a sala de leitura do 2º andar, o acesso é feito pelo elevador e não existe nenhum obstáculo ao longo do caminho (Apenas quando este não está funcionando). Somente uma mesa com computador nesta sala de leitura possui espaço suficiente para a utilização pelo cadeirante, por outro lado, as mesas de leitura dispõem de espaço para a entrada de cadeira de rodas. Na biblioteca, o acesso feito pelas pessoas cadeirantes ou de baixa estatura só é feita em poucos livros que se

encontram na prateleira da parte de baixo do espaço. Os demais necessitam de ajuda de terceiros para suas consultas em uma espécie de segundo andar, acessadas por escadas, das prateleiras.

Figura 26 – Sala de Leitura 2º andar CCJF



Fonte: Foto da autora

Figura 27 – Biblioteca CCJF



Fonte: Foto da autora

### 3.2.5 Cafeterias e lanchonetes

Em todos os centros culturais foram encontrados lanchonetes ou cafeterias. Porém, no CCJF elas não são acessíveis para as pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida. Na sua entrada existem degraus impossibilitando o acesso em sua dependência. O cadeirante, por exemplo, não consegue nem chegar no espaço anterior à cafeteria, por existência de degraus em todas as suas entradas. Na Caixa Cultural, a lanchonete localiza-se no segundo pavimento do prédio, tendo acesso através de elevadores. Nela, não se encontram obstáculos para o pedido direto de lanches. No Centro Cultural dos Correios, o bistrô encontra-se logo na entrada lateral do edifício, lugar em que se encontra o acesso pela rampa.

Figura 28 – Cafeteria CCJF



Fonte: Foto da autora

Figura 29 – Cafeteria Caixa Cultural



Fonte: Foto da autora

### **3.3 Análise de Acessibilidade e Inclusão para as Pessoas com Deficiência Visual**

#### **3.3.1 Entradas e Acessos pelas dependências dos centros culturais**

É importante se ater à questão de orientabilidade para as pessoas com deficiência visual no momento de adotar medidas de acessibilidade de instituições culturais. Esta questão para uma pessoa cega ou com baixa visão se torna um dos principais motivos de pertencimento nesses espaços. Entretanto, não é encontrada frequentemente nos espaços culturais que, como dito anteriormente, deviam representar sua função social com o acesso democrático às expressões culturais para toda e qualquer pessoa, independentemente de suas limitações.

Tendo em vista este pensamento, em nenhum dos três centros culturais analisados foi observado a utilização de piso tátil direcional e de alerta para as pessoas com deficiência visual. Essa observação foi feita em todos os ambientes de todos os prédios analisados. Tal ausência é preocupante não só para a orientabilidade dessas pessoas nas instituições culturais, mas também, para a indicação de obstáculos perigosos ao longo do caminho, evitando, assim, acidentes para estas pessoas. Além disto, o piso tátil direcional ou de perigo deve fornecer reconhecimento para as pessoas com baixa visão. Desta forma, ele deve oferecer um contraste necessário em relação ao piso do ambiente. Como justificativa, a Diretora de Cultura do CCJF explicou que a utilização de piso tátil seria um problema no prédio, tendo em vista seu tombamento. Já segundo a responsável pelo acompanhamento das atividades culturais do Centro Cultural Correios, o motivo da não utilização de piso tátil direcional e de alerta pelas dependências do prédio é estritamente econômico. Por depender diretamente dos Correios, o orçamento foi drasticamente reduzido nos últimos anos, não havendo assim, verba para a aplicação de medidas de acessibilidade para as pessoas com deficiência visual. Também foi perguntado o porquê da ausência de piso tátil na Caixa Cultural e o representante do Marketing Cultural justificou dizendo que o prédio em que se encontra o centro cultural é alugado e que a cada grande nova exposição o ambiente sofre alterações, sendo assim, ficaria complicado mudar sempre o piso tátil de lugar para essas pessoas.

Em nenhum centro cultural foram encontradas placas, etiquetas, mapas em braille para a orientação e deslocamento dentro do espaço. Na Caixa Cultural, foi dito em entrevista que eles usam plaquinhas em braille em toda as exposições, desde a

exposição “Frida Kahlo – Conexões entre Mulheres Surrealistas do México” que foi aberta em janeiro de 2016. Entretanto, na visita exploratória à exposição do Picasso, estas placas não foram encontradas. No CCJF e na Caixa Cultural, a programação de peças teatrais e programação audiovisual estava em tamanho e contraste adequado para a visualização de pessoas com baixa visão, porém esta programação é envolvida por vidros que não são antirreflexos, prejudicando a leitura destas pessoas. Além do mais, a placa de informação da Caixa Cultural é inacessível para pessoas com baixa visão, refletindo tudo o que está no ambiente.

### **3.3.2 Galerias de Exposição**

Das três exposições analisadas dos três centros culturais, os textos explicativos introdutórios, possuíam tamanhos adequados (tamanho 24 ou maior). Por outro lado, em relação as etiquetas das obras, apenas a exposição “Picasso”, da Caixa Cultural e “Lentes da Memória” do Centro Cultural Correios possuíam tamanho adequado (tamanho 18 ou maior). Na exposição “Festival de Esculturas do Rio” continham etiquetas com tamanho muito pequeno, dificultando sua visualização para as pessoas com baixa visão. Na Caixa Cultural foi encontrado, também, a sinalização de objetos perigosos e de limite de aproximação das obras, porém, esta foi feita para alertar somente as pessoas videntes, já que não era tátil. Além disso, nas três exposições não continham sinalização tátil no perímetro de todas as galerias de exposição, fato preocupante podendo causar acidentes para essas pessoas, além de poder danificar as obras expostas. No CCJF, na exposição analisada, a ausência de piso tátil de perigo contribui para um acidente ainda maior, haja vista que a exposição era de esculturas, sendo assim, algumas estavam espalhadas pelos centros das galerias. Algumas obras, também, continham legenda no chão e com letras pequenas, dificultando assim, a leitura por pessoas com baixa visão.

Figura 30 – Exposição Caixa Cultural



Fonte: Foto da autora

Figura 31 – Exposição CCJF



Fonte: Foto da autora

Por outro lado, a exposição analisada no Centro Cultural Correios “Lentes da Memória” foi pensada inteiramente para o acesso das pessoas com deficiência visual. Nela, foram encontrados diversos quadros táteis espalhados pela galeria, possuía audiodescrição através de *QR Code*<sup>12</sup> em cada quadro exposto e também através de canetas *Pentop*<sup>13</sup> que foram disponibilizadas na própria exposição. Em sua porta inicial, também foi encontrado uma maquete tátil de todo o espaço expositivo. Já no material audiovisual, foram encontrados monitores audiodescritores do conteúdo visual que fazia parte desta exposição. O único elemento que não foi encontrado para as pessoas com deficiência visual, foi o piso tátil direcional e de perigo.

Figura 32 – Maquete Tátil Correios



Fonte: Foto da autora

Figura 33 – Quadro Tátil Correios



Fonte: Foto da autora

<sup>12</sup> “O QR Code é basicamente um novo código de barras em 2D (o antigo código trabalha com apenas uma dimensão, a horizontal, e o QR Code utiliza códigos com informações tanto no plano horizontal como na vertical)”. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2011/03/um-pequeno-guia-sobre-o-qr-code-uso-e-funcionamento.html>>

<sup>13</sup> “A Pen Top é um dispositivo que visa facilitar o dia a dia dos deficientes visuais. A caneta ajuda a reconhecer objetos e a identificar valores nas cédulas de dinheiro.” Disponível em: <<http://ecoem.ufam.edu.br/caneta-falante-que-ajuda-deficientes-visuais-e-desenvolvida-por-amazonenses/>>

Figura 34 – Audiodescritor Correios



Fonte: Foto da autora

Figura 35 – Exposição Correios



Fonte: Foto da autora

Uma das questões importantes no que se refere à inclusão das pessoas com deficiência visual nos ambientes culturais, neste caso nas exposições, é encontrar formas de inserir medidas de acessibilidade nesses espaços. Perguntado aos gestores e/ou representantes dos três centros culturais analisados, de certa forma há uma preocupação em adotar estas medidas na programação fixa. O CCJF, por exemplo, é encontrado uma dificuldade de ser o único centro cultural analisado que não patrocina os projetos, somente cede o espaço. Este fato torna-se um obstáculo para colocar no regulamento do seu edital um item de que o projeto necessariamente tem que haver uma audiodescrição ou maquetes das obras justamente pelos projetos não serem feitos especificamente para aquele espaço. A representante do Setor de Comunicação Institucional teme, ainda, uma queda nas inscrições dos projetos para a ocupação do espaço caso este item de acessibilidade seja colocado como necessário no regulamento, e a adoção de audiodescritores do próprio centro cultural se torna inviável no presente momento de corte de verbas. Por outro lado, é entendido por ela, a importância para a inclusão de todas as pessoas na fruição das obras expostas. A alternativa que está sendo encontrada, é a abertura de pauta para exposições que já tenham esse caráter de acessibilidade. Para o final do ano de 2016, haverá uma exposição com audiodescrição. O CCJF possui, também, um setor educativo que dialoga com questões de mediação para o público. Segundo a Diretora de Cultura, as meninas do educativo são autodidatas e estão sempre tentando melhorar o seu trabalho como mediadoras, ainda que não contemplem todos os tipos de deficiência. Segundo a mesma, eles fazem parcerias com o Instituto Benjamin

Constant<sup>14</sup>, trazendo as pessoas cegas para o centro cultural. Todavia, em um centro cultural que é ligado à Justiça Federal, não atender as exigências que é posto pela Lei Federal 13.126 é um tanto quanto contraditório, ainda que esteja passando por um período de ajustes e de significativo corte de verbas.

O Centro Cultural Correios é um outro espaço cultural que está sofrendo com o corte de verbas. Ainda que os projetos que entram por edital, no Rio de Janeiro, sejam patrocinados, não há uma contrapartida estritamente de acessibilidade, mas uma contrapartida social que inclui mediadores que são disponibilizados pelo proponente pois o centro cultural não dispõe de um setor educativo próprio. Segundo a responsável pelo acompanhamento das atividades culturais, há uma intenção por parte dos gestores do centro cultural em colocar um item específico de acessibilidade, mas este assunto ainda não foi discutido de fato. Na programação cultural algumas exposições contém a disponibilização de medidas de acessibilidade para as pessoas com deficiência visual, e segundo a responsável, este tipo de temática está cada vez mais presente na pauta do centro cultural. Contudo, mais uma vez o aspecto verba foi citado sobre a utilização de audioguias próprios com audiodescrição ou até mesmo o piso tátil indicando o caminho para essas pessoas dentro das salas expositivas.

Já a Caixa Cultural, dispõe de setor pedagógico próprio e existem mediadores fixos por todas as exposições. Apesar de não fornecerem audioguias com audiodescrição, o representante do setor de marketing cultural informou que os mediadores do centro cultural desempenham a função de uma audiodescrição para as pessoas com deficiência visual e que, se fosse aplicada esta tecnologia assistiva, a função dos mediadores seria inutilizada. Ao mesmo tempo, a visita às exposições seria necessariamente acompanhada de um mediador, o que é importante por um lado, mas limita um pouco a autonomia de circular pelas salas expositivas sem compromisso de seguir uma ordem. Foi perguntado, também, sobre os projetos que compõe a pauta do centro cultural, e foi informado que todos os projetos entram por edital, são patrocinados, e tem um item de contrapartida social no regulamento que

---

<sup>14</sup> “O Instituto Benjamin Constant foi criado pelo Imperador D.Pedro II através do Decreto Imperial n.º 1.428, de 12 de setembro de 1854, tendo sido inaugurado, solenemente, no dia 17 de setembro do mesmo ano, na presença do Imperador, da Imperatriz e de todo o Ministério, com o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Este foi o primeiro passo concreto no Brasil para garantir ao cego o direito à cidadania.” Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/?catid=13&blogid=1&itemid=89>>

engloba questões de acessibilidade para diversos públicos. Então, algumas medidas para as pessoas com deficiência visual já são formatadas dentro dos projetos, quando são apresentadas as propostas no momento de inscrição no edital. Questões como estas podem ser pensadas por gestores deste centro cultural para garantir, além da acessibilidade, a inclusão com autonomia por todo tipo de público que ali é encontrado.

### **3.3.3 Teatros e Cinemas**

Questões sobre a acessibilidade para as pessoas com deficiência visual nos teatros e cinemas são de extrema importância para a formação de público de uma instituição cultural. Trazer este público para sua programação teatral ou audiovisual se torna importante ao discurso de pertencimento dentro do seu espaço. Para isso, este item, em especial, mostra se os centros culturais tratam a acessibilidade de uma forma superficial ou se realmente os gestores veem a magnitude que uma programação cultural acessível pode trazer para o pertencimento cultural.

Os eventos teatrais, de dança ou audiovisuais, no CCJF, é definido através de edital pelo regulamento para a pauta do ano seguinte. Alguns, entretanto, entram como furo de pauta na programação. Foi perguntado para a Diretora de Cultura se no regulamento para a apresentação de projetos existe alguma cláusula de que a peça/filme/espetáculo deverá fornecer audiodescrição para as pessoas com deficiência visual e a resposta foi negativa com a explicação de que o CCJF não patrocina o projeto, apenas cede o espaço para sua apresentação, como foi dito anteriormente. Entretanto, o educativo vem desempenhando um papel importante para o centro cultural, que faz atividades ligadas ao teatro com a participação de escolas ou instituições ligadas às pessoas com deficiência. No ano de 2016, ocorreu uma apresentação da peça “Dá um tempo pra falar de tempo” com atores cegos, sendo levados, também, pessoas com deficiência visual do Instituto Benjamin Constant. Entretanto, apesar do tema central da peça e da presença de pessoas cegas, o espetáculo não dispôs de audiodescrição por motivos econômicos, e como o centro cultural também não disponibiliza esta tecnologia assistiva própria, ficou ainda, difícil apresentar este recurso. A grande questão é ser eventos isolados, não pertencentes a programação presente nesse espaço. Para o centro cultural, o corte

de verbas por parte do Tribunal é a grande dificuldade de adoção de aparelhos de audiodescrição em todo o prédio, mas que pretendem, logo, apresentar projetos sobre essas questões para o encaminhamento de licitações para a contratação desses serviços.

No Centro Cultural Correios, os projetos passam a pertencer à programação cultural através de dois editais diferentes: o de patrocínio e o de cessão, exceto no Rio de Janeiro que existe somente o edital de patrocínio. Os que são de cessão, são apresentadas diretamente no centro cultural e encaixadas de acordo com os furos de pauta. A responsável pelo acompanhamento das atividades afirmou que o centro cultural tem a intenção de colocar no regulamento dos projetos patrocinados uma contrapartida de acessibilidade para as peças e para os filmes em relação as pessoas com deficiência visual. Porém, esses pensamentos ainda precisam ser discutidos com a direção do centro cultural, fato ainda não ocorrido.

Na Caixa Cultural, mais uma vez foi dito que as medidas de acessibilidade já vêm formatadas no projeto apresentado. Sendo assim, adotar aparelhos de audiodescrição próprios do centro cultural nos filmes e peças seria difícil no momento, mas eles trazem essa preocupação para os proponentes adotarem em seus projetos, já que são patrocinados.

### **3.3.4 Bibliotecas**

Como dito anteriormente, apenas o CCJF possui biblioteca. Neste ambiente, existem apenas três livros em braile e nenhum audiobook para as pessoas com deficiência visual. Os computadores encontrados, tanto na sala de leitura do térreo, quanto na sala de leitura do segundo andar, não são disponibilizados *softwares* para estas pessoas poderem acessar a internet.

### **3.3.5 Material de divulgação e Sites**

Em todas as visitas exploratórias em todos os centros culturais, foram disponibilizados materiais de divulgação para os visitantes sobre as exposições, espetáculos, peças, filmes. Entretanto, foi observado que em nenhum deles havia uma padronização nos folders/cartazes/folhetos sobre essa programação cultural. Alguns

dos materiais de divulgação adquiridos durante as visitas exploratórias do Centro Cultural Correios havia, também, tradução em inglês para visitantes estrangeiros. Porém, muitos folhetos foram encontrados letras pequenas e sem contraste apropriado, desconsiderando as pessoas com baixa visão. Além disto, em nenhum centro cultural foi disponibilizado informação e material de divulgação em braille, caracterizando assim, uma restrição para essas pessoas sobre o a programação presente nestas instituições culturais. Foi perguntado para a representante do Setor de Relações Institucionais do CCJF, e para a responsável pelo acompanhamento das atividades culturais do Centro Cultural Correios se ambos os centros culturais tinham a intenção em tornar a divulgação acessível para todos, e as duas responderam que há intenção, mas o corte de verbas desses espaços não permitiria isto no momento. Porém, pretendem fazer projetos para que essas medidas aconteçam. Já na Caixa Cultural, o material fornecido é padronizado e todos os projetos precisam atender esse quesito, mas que medidas de acessibilidade para as pessoas com deficiência visual não foram pensadas.

Também foram analisados os sites dos três centros culturais. Em nenhum foi encontrado acessibilidade para as pessoas com deficiência visual. Perguntado para as entrevistadas do CCJF e do Centro Cultural Correios, também foi usado a explicação de verba para a adequação do site bem como sua manutenção. Já a Caixa Cultural informou que o site é novo e que está em construção para melhorar diversos aspectos, inclusive torna-lo acessível para as pessoas cegas e pessoas com baixa visão.

### **3.4 Análise de Acessibilidade e Inclusão para as Pessoas com Deficiência Auditiva**

#### **3.4.1 Entradas e Acessos pelas dependências dos centros culturais**

Quando uma pessoa com deficiência auditiva entra no ambiente cultural – ou em qualquer ambiente – não é facilmente percebido, apenas na sua comunicação. Porém, para uma gestão completa que inclua todos as pessoas sem diferenciação, ficar atenta ao seu público e, disponibilizar de comunicação para que essas pessoas se comuniquem sem maiores problemas é essencial. Para isso, é imprescindível a presença de uma pessoa fluente em LIBRAS em um primeiro atendimento, no balcão

de informação, para que esta se sinta pertencida. Dos três centros culturais analisados apenas a Caixa Cultural possui pessoas da equipe que são fluentes em LIBRAS e já tem o costume de receber esse público nas atividades culturais oferecidas pelo centro cultural. Já no CCJF e no Centro Cultural Correios, não disponibilizam ninguém da equipe que saiba LIBRAS para o atendimento desse público. A Diretora de Cultura do CCJF afirma que uma pessoa que seja fluente na equipe seria o ideal, mas estão com o efetivo de funcionários – que vieram do Tribunal de Justiça – completo, não sendo previsto o deslocamento de novos servidores para o centro cultural. Por outro lado, pretendem investir em treinamento dos funcionários e do setor educativo para que possam aprender melhores formas de comunicação com as pessoas com deficiência auditiva. Já o Centro Cultural Correios informou que o motivo da não contratação de funcionários que sejam fluentes em LIBRAS é mais uma vez orçamentária, mas que assim que a empresa melhorar economicamente eles vão apresentar propostas para a gestão dos Correios sobre diversos aspectos de acessibilidade.

### **3.4.2 Galerias de Exposição**

Neste item, mais uma vez a mediação por parte dos centros culturais se faz presente como importante ferramenta de fruição das obras para as pessoas com deficiência auditiva, tendo em vista sua facilidade em exposições voltadas para o aspecto visual. Como dito anteriormente, existem surdos oralizados e não oralizados. Desta forma, se ater não só ao uso de LIBRAS mas também da clareza na leitura dos lábios se faz necessário no momento do atendimento à esse público. Dos três centros culturais analisados, apenas a Caixa Cultural dispõe de mediadores fixos, fluentes em LIBRAS, que são treinados para a identificação e o atendimento para essas pessoas. Segundo o representante de marketing cultural da Caixa Cultural, a mediação dentro das exposições é moldada de acordo com o público visitante. Para isso, este treinamento e a presença de diversos mediadores fluentes em LIBRAS é essencial para uma gestão cultural que abarca todas as pessoas.

No Centro Cultural Correios, a mediação é feita pelo proponente da exposição como contrapartida social. Quando o projeto tem esse viés de acessibilidade, é encontrada a presença de mediadores fluentes em LIBRAS. Já no CCJF, este trabalho

ainda não é feito por dificuldades econômicas e pela questão de os projetos não serem patrocinados, não podendo assim, ser uma obrigação feita pelo centro cultural.

### 3.4.3 Teatros e Cinemas

Dos três centros culturais analisados, apenas a Caixa Cultural possui telão para as legendas para as pessoas com deficiência auditiva que são oralizadas nos dois cinemas que o espaço fornece. Este se encontra na parte inferior do telão e é fixa. Entretanto, a utilização do mesmo vai depender da proposta do projeto apresentado, se possui ou não esse quesito de acessibilidade, não é necessariamente uma obrigação por parte da Caixa Cultural. Já nos espetáculos que acontecem no teatro, segue o mesmo modelo feito no cinema – ser feito pelo próprio proponente. Foi informado em entrevista que ocorreu um espetáculo de música que tinha a presença de uma intérprete de LIBRAS simultâneo.

Figura 36 – Telão para Legendas Caixa Cultural



Fonte: Foto da autora

O Centro Cultural Correios não dispõe de um cinema próprio, apenas é colocado um telão no teatro para as exibições dos filmes e festivais audiovisuais. Entretanto, não existe uma pauta que inclui as pessoas com deficiência auditiva nesse espaço e o mesmo se repete nos projetos teatrais ou musicais que também acontecem no espaço do teatro. Mais uma vez, segundo a representante, essas questões têm que ser debatidas com a gerência do centro cultural e do próprio Correios, que pela instabilidade econômica do momento, não tem previsão para acontecer.

O CCJF segue a mesma explicação que o Centro Cultural Correios, por razões de verbas e por falta de planejamento para adotar essa medida de acessibilidade, tanto no cinema, quanto no teatro. Em repetição, foi mostrada a preocupação em adota-las, entretanto, aparentemente não é tratado como um assunto emergencial.

### **3.5 Análise de Acessibilidade e Inclusão para as Pessoas com Deficiência Intelectual**

Como dito anteriormente, a acessibilidade atitudinal é de suma importância para a inclusão das pessoas com deficiência intelectual nos centros culturais. Para isso, é necessário o treinamento dos funcionários do centro cultural bem como projetos de conscientização para todo o público visitante. A mediação, como processo fundamental de acessibilidade, é um trabalho que tem que ser desenvolvido com cautela pelos gestores e pelos setores educativos desses espaços.

Na Caixa Cultural, existe uma equipe presente de mediadores pelo centro cultural para as pessoas com deficiência, inclusive para o atendimento às com deficiência intelectual. Foi dito em entrevista que os mediadores têm treinamento de identificação e de mediação com linguagem simplificada e menos científica para atender-las mesmo sem visita marcada. Quando esta última acontece, esses mediadores desenvolvem outros meios de fruição das obras ou espetáculos na programação do centro cultural. No CCJF, o educativo tenta cada vez mais trazer seu público diferenciado para as visitas mediadas ao prédio. Nestas visitas são encenadas histórias para o entendimento destas pessoas. Recentemente, foi feita uma visita para crianças autistas. No Centro Cultural Correios, por outro lado, não existe um setor educativo próprio sendo este feito pelo proponente. Sendo assim, a adoção de mediação pensada neste público se torna restrita haja vista a realização feita dentro do próprio projeto. De qualquer forma, essas mediações estão previstas na contrapartida social no edital de patrocínio. Para isso, é necessário que haja ações conjuntas do centro cultural com o proponente para que tenham mediações para as pessoas com deficiência intelectual.

É notável que muitas vezes ações para esse público não são identificadas, tornando esse processo inclusivo difícil. Mas por outro lado, é mais importante ainda, que os gestores tenham em mente a adoção de mediação em linguagem simplificada

que muitas vezes não é encontrada nesses espaços, e que essas medidas sejam divulgadas em seus meios de comunicação e divulgação, ajudando na formação de público.

## CAPÍTULO 4

### **“NADA SOBRE NÓS SEM NÓS” – A VISÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA SOBRE OS ESPAÇOS CULTURAIS**

O termo pessoa com deficiência, que é mais utilizado e aceitado nos dias atuais, embora tenha evoluído ao longo das décadas ainda demonstra a insuficiência da sociedade. A pessoa possui uma deficiência a partir do momento em que a sociedade como um todo – lugares e pessoas – não apresentam medidas de acessibilidade, de inclusão e pertencimento para elas. De uma maneira geral, nota-se então, que a sociedade é que possui uma deficiência. Além disso, toda pessoa está propensa a adquirir uma deficiência ao longo da vida, inclusive com o passar da idade. Começar a pensar em acessibilidade nos lugares se torna ainda mais imprescindível.

O processo histórico da conquista dos direitos iguais em diferentes esferas no Brasil e no mundo, como dito anteriormente, foi conquistado pelas próprias pessoas com deficiência e instituições ligadas a esse público. Tal fato não poderia ser diferente haja vista a real necessidade e interesse que beneficiou essas pessoas. Partindo deste ponto, discorrer sobre acessibilidade se torna contraditório quando essas questões não são debatidas por elas e com elas.

O uso da frase “Nada sobre nós sem nós”, ao longo das décadas, em artigos, movimentos e documentos oficiais obteve o intuito de mostrar para a sociedade que “Nenhum resultado a respeito das pessoas com deficiência haverá de ser gerado sem a plena participação das próprias pessoas com deficiência”. (SASSAKI, 2007). Claramente, a luta para a participação de direitos dessas pessoas, com este lema, baseia-se em características do movimento de inclusão, apesar de indícios de utilização ainda na era da integração.

Em instituições culturais, assim como diversos direitos que todos os seres humanos possuem, sua cidadania cultural precisa ser respeitada e garantida pelos seus gestores. Para isso, a inclusão das pessoas com deficiência para a elaboração e manutenção de uma programação acessível para todo mundo é essencial para indicar a maneira correta como deve ser feito. A ausência desta participação das pessoas com deficiência sobre suas reais vontades torna um espaço cultural com dificuldades de inclusão. Levando em consideração essa narrativa, para o entendimento da visão destas pessoas em espaços culturais como um todo, foram

entrevistadas diferentes pessoas com deficiência: Visual, física, intelectual e auditiva. Esta etapa se torna importante a partir de um discurso sobre inclusão e pertencimento.

Segundo Cláudia Rodrigues, cega, nota-se uma preocupação maior por parte dos gestores em relação a programação acessível para as pessoas com deficiência visual nos espaços culturais. Para ela, tem sido uma surpresa agradável poder chegar em uma exposição e ter audiodescrição, ou chegar em um centro cultural – como foi o caso do CCBB – e encontrar sessões de cinema, em sua maioria filmes nacionais, com audiodescrição. Por outro lado, Cláudia enfatiza a importância da divulgação de programação acessível, já que muitas vezes o centro cultural fornece acessibilidade, mas que não divulga em sua totalidade para as pessoas com deficiência visual. Para ela, a utilização de tecnologia com o intuito de divulgação da programação é bastante interessante. A audiodescrição é um recurso que é essencial para exposições que basicamente, para ela, talvez seja a parte da arte mais difícil de se adotar acessibilidade já que as artes plásticas envolvem muito o aspecto visual. Apesar de não ser encontrado facilmente, é interessante que os outros museus e equipamentos culturais adotem este recurso. Sobre as obras táteis, Cláudia já as encontrou em uma exposição do CCBB, e também acha que pode ser mais um meio de acessibilidade para que ela e outras pessoas com deficiência visual possam usufruir de uma exposição em sua totalidade.

Sobre o piso tátil, para Cláudia, a utilização deste na rua não tem muito sentido, haja vista a textura do asfalto que se assemelha com a do piso tátil. Por ser um ambiente em que circula muita gente e o fluxo é intenso, esta utilização se tornaria complicada. Por outro lado, segundo ela, o piso tátil em estações de metrô e em entradas de centros culturais ou teatros, ajudam muito na orientabilidade do espaço. Apesar disto, na ausência do piso tátil a informação precisa ser dada de forma certa nos centros culturais. No CCJF, Cláudia informou que existem diversas pessoas para informar prontamente, e para ela, ainda que o espaço não ofereça a acessibilidade de uma maneira geral, a orientação de como chegar em algum lugar do espaço se torna indispensável. Outro ponto abordado sobre o CCJF foi a questão da localização. Para Cláudia, o entorno do centro cultural está diretamente ligado a frequência das pessoas com deficiência visual nos espaços culturais. Segundo ela, o CCJF está muito bem localizado, com uma saída de metrô ao lado do prédio e um ponto do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) em sua entrada principal, ao contrário do CCBB que não tem essa

facilidade e se torna um pouco mais complicado para chegar, ainda mais com a mudança de trânsito que frequentemente ocorre na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, para Cláudia, algumas pessoas com deficiência visual não torna um hábito frequentar espaços culturais pela dificuldade do entorno.

Uma das principais formas de inclusão e acessibilidade, para a Cláudia, é a preparação da equipe sobre o atendimento para as pessoas com deficiência, sendo observado, muitas vezes, sobre a própria falta de informação a respeito deste assunto, fato que precisa ser debatido dentro de um espaço cultural para garantir a inclusão. Cláudia, ainda, relatou um episódio que ocorreu com ela em uma biblioteca:

“Eu acho que nas próprias bibliotecas, justamente por causa da minha pesquisa eu andei por muitas bibliotecas e quando o deficiente visual chega numa biblioteca dita “normal” e chega para a pessoa do balcão e fala: “olha, eu queria tal livro” a pessoa vira para você e diz: “nós não temos livros em braille.” Mas tipo assim, você não tá pedindo, já sabe disso, que não tem livro em braille. Mas assim, já que é para uma questão de pesquisa a gente precisa daquele livro e de alguma forma a gente vai dar um jeito de fazer a leitura dele, seja através de outra pessoa ou escaneando, de alguma forma a gente vai usar o livro, mas as pessoas têm muito essa estranheza comigo até na própria biblioteca da faculdade. Eu terminei o meu mestrado na UERJ, agora mesmo, tem um mês, quando eu chegava na biblioteca da própria UERJ as pessoas estranhavam muito (...) e quase me perguntavam: “pra que você quer isso? Eu acho que é uma questão de falta de conhecimento mesmo. Então as vezes a gente acaba até deixando isso pra lá, não levando em conta mesmo porque a gente sabe que é falta mesmo de informação. Eu acho que os centros culturais, os espaços culturais em um modo geral, eles precisam trazer mais informações para os funcionários, sobre deficiências de um modo geral, sobre a questão da acessibilidade, sobre a questão de não generalizar, mas saber que o deficiente A, deficiente B e o deficiente C, cada um eu vou lidar de uma forma porque podem até ter a mesma deficiência, mas são seres humanos, automaticamente, pessoas diferentes. Especificidades diferentes.” (RODRIGUES, 2016)

Este relato, mais uma vez evidenciou a importância do treinamento por parte dos gestores e por parte da equipe que compõe o centro cultural sobre melhores maneiras de inclusão dentro desses espaços. Como dito por Cláudia Rodrigues, a informação se torna crucial ao ponto de saber distinguir que uma “necessidade” para uma pessoa com deficiência visual pode não ser semelhante para outra pessoa com a mesma deficiência. A relevância sobre a adoção dessas medidas é extrema e pode significar o espaço cultural muito mais inclusivo para todas as pessoas.

Levando em consideração a informação e o treinamento dos gestores para com a sua equipe em relação ao preparo de melhorias em atendimento para as pessoas, independentemente da limitação, em seus espaços culturais se torna ponto fundamental em relação à visita das pessoas com deficiência intelectual. Muitas vezes a plena autonomia destas pessoas não é possível por diversos fatores, sua vida cultural, neste sentido, fica encarregada aos seus pais ou responsáveis. Porém, como dito anteriormente pela Cláudia Rodrigues, não se deve pensar em uma deficiência como sendo a mesma para todas as pessoas, haja vista que são pessoas diferentes, especificidades diferentes. Para uma pessoa com deficiência intelectual pode não ficar muito claro sobre suas necessidades de fruição das diversas expressões culturais que acontecem naquele espaço, como com outras deficiências. Por este motivo, o treinamento se torna necessário ao ponto principal para a não discriminação.

As entrevistas feitas com diversas pessoas com deficiência intelectual na APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) tiveram o intuito de descobrir um pouco mais sobre a vida cultural fora daquele local de ensino e práticas de lazer. Estas foram feitas em uma aula de capoeira acessível, onde as próprias pessoas com deficiência intelectual jogam e tocam os instrumentos. O desenvolvimento de atividades culturais para estas pessoas vai muito mais além do que um mero divertimento, mas auxiliam, também, em seus desenvolvimentos sociais. Por este motivo, garantir acessibilidade na fruição de atividades nos centros culturais é tão importante.

A maioria dos entrevistados disseram que vão bastante em cinemas e teatros, contudo, apenas algumas falaram que vão a esses lugares com os pais, a maioria informou que vai com a APAE. Por um lado, este fato nos mostra a importância que esta instituição tem para as pessoas com deficiência intelectual, mas por outro, mostra que a vida cultural muitas vezes não é praticada pela própria família, cuja desempenha um papel fundamental na vida destas pessoas. Ficou claro, durante a entrevista, do gosto deles por filmes, principalmente terror e ação. Foi perguntado para duas mães se elas levam os filhos à cinemas e teatros e a resposta foi positiva e, que inclusive, é um dos passeios favoritos dos filhos delas. Neste sentido, ela não relatou nenhum tipo de discriminação ocorrido nesses espaços culturais, fato importantíssimo para essas pessoas.

Também foi entrevistada Isabel Portela, com deficiência física, museóloga, coordenadora e curadora da galeria de arte contemporânea do Museu da República. Para ela, as instituições culturais estão com uma demanda maior, por lei, para se tornarem acessíveis. Além disso, ela vem observado o entendimento por essas instituições sobre o porquê de transformar esse espaço acessível, muito embora ela encontre medidas que se dizem acessíveis, mas na realidade não são, como por exemplo rampas que são íngremes demais e dificultam a subida de um cadeirante com autonomia. Ela prefere não encontrar medidas acessíveis ao encontrar medidas feitas de qualquer forma, sem nenhuma noção ou normatização pela NBR 9050. Para ela, o diretor da instituição cultural precisa saber minimamente noções de acessibilidade para que projetos não sejam aprovados de maneira errada, mesmo que muitas vezes esta situação seja atribuída à algum setor específico. De qualquer forma, principalmente os públicos, é preciso se ater a essas questões para não haver verba jogada fora sendo que no futuro precisará se adequar às normas.

Isabel ainda se ateu ao fato das instituições culturais conhecerem e exercerem sua função perante a sociedade. Quando suas medidas de acessibilidade estão presentes, elas não devem ser pensadas apenas para o público das pessoas com deficiência. Ela necessita ser acessível para todo mundo. Para isso, se alguma pessoa não consegue chegar até esta instituição ou não consegue fruir da programação cultural disponível, esta não está conseguindo exercer sua função social. Além disso, como já foi dito anteriormente, não é somente oferecer medidas acessíveis, mas entender o porquê dessa adoção. Também são necessárias medidas de conscientização – tanto do público visitante quanto da equipe como um todo – como por exemplo seminários, palestras, enfim, saber como fazer a informação chegar para sensibilização e a melhoria da acessibilidade atitudinal, tão importante para o pertencimento.

Para ela, muitas vezes as instituições culturais não adotam medidas de acessibilidade por achar que não é um público presente e grande, apesar de 23,9% da população brasileira afirmar que possui algum tipo de deficiência, segundo o IBGE. De qualquer forma, não se deve pensar em medidas somente quando tiver tal demanda, por ser exatamente um dos motivos de não presença destas pessoas nesses lugares. Primeiramente, o entendimento do porquê da adoção tem enorme relevância para adoção. Depois de adotada essas medidas, as instituições precisam

então, passar por uma outra fase que é colocar em seu site que é acessível, ligar para instituições como o Benjamin Constant, enfim, para apresentar que seu espaço está preparado para receber todas as pessoas.

Isabel informou, em entrevista, que costuma ir em lugares culturais, como museus e centros culturais. Para ela, a porta de entrada de um espaço cultural é seu site. Se no site não conter a informação de que o espaço fornece acessibilidade, ela nem vai, pelo fato de já encontrar diversas dificuldades na cidade em si, como calçadas defeituosas e transporte não adequado. Se o espaço for antipático a ela e não estiver preparado para atendê-la, segundo Isabel, ela não vai nem sair de casa. Sobre o CCBB, ela informou que a atende de uma maneira geral, mesmo que para subir nos outros andares e um cadeirante precisar entrar no elevador seja um pouco difícil, tendo que retirar a cadeira da pessoa encarregada de manejar o elevador. Por outro lado, observou que a balcão de informações possui uma parte que a altura é adequada para ela (que possui baixa estatura), ao contrário do encontrado nos outros centros culturais que ela costuma visitar. Para ela, a diferença é gritante e não repara mais, por já fazer parte do seu dia-a-dia e nunca encontrar pessoas com a vontade de mudar esse aspecto.

Também foi comentado a respeito das exposições encontradas nesses centros culturais que, infelizmente, os curadores e as próprias instituições culturais ainda não tem o pensamento de acessibilidade para todo o tipo de público. Para ela, exposições em que se encontram vitrines em altura adequada dificilmente foi pensado para um cadeirante ou uma pessoa de baixa estatura causando uma deficiência física. Quando isso acontece, provavelmente estão pensando em um público infantil, ainda que as vezes atendam as pessoas com deficiência. Quando o material expográfico pensa nessas questões, geralmente já é uma exposição com o título de acessível. Para ela, ainda falta um longo caminho a ser percorrido entre gestores e produtores culturais para expor suas obras ou outras atividades culturais que atendam todos os públicos. Ela ainda relatou uma situação que aconteceu com ela:

Teve um centro cultural (...) isso já tem muito tempo, era um dia chuvoso e estava entrando de carro e aí ele disse que não podia mais entrar o carro e aí eu disse: “mas tá chovendo, ele só vai me deixar lá em cima” e ele: “não, não pode entrar o carro, não pode” e eu falei: “mas tá chovendo, é só deixar...” aí ficou nessa de negociar e eu não conseguindo e quando eu ia descer do carro pra pegar e aí ele olhou

pra mim e falou “ah, já que você é assim, pode...” então são situações mais complicadas. (PORTELLA, 2016)

Para Isabel, como dito anteriormente, a acessibilidade atitudinal é uma das mais importantes que um espaço cultural deve fornecer, e é um processo ainda mais longo que a adoção de medidas físicas nas dependências dos centros culturais. A discriminação pode ser reduzida ou até mesmo acabada quando a equipe está preparada para receber as pessoas com deficiência. Situações como esta que foi relatado por Isabel acontecem diariamente com muitas pessoas, e saber entender e saber pensar no próximo são medidas que, apesar de demoradas, são simples de ser adotadas pelos gestores/produtores/públicos destas instituições culturais.

O mesmo foi relatado por Vanessa Reis, surda, sobre as atitudes encontradas em ambientes culturais. Segundo ela, parece que a equipe desses espaços culturais não possui nenhum preparo para atender as pessoas com deficiência. Ela falou, ainda, que além de não auxiliá-la para a fruição das atividades culturais, muitas vezes alguém da equipe ainda a prejudica. Por ser uma pessoa com deficiência, Vanessa possui direito à meia entrada dos ingressos teatrais, musicais e audiovisuais. Mas, segundo ela, muitas vezes não consegue porque precisa apresentar documentos e/ou boletins médicos comprovando que ela é surda, e mesmo apresentando, a meia entrada é negada. Este fato, mais uma vez mostra o despreparo da equipe para com todos os tipos de público.

Para Vanessa, além de não conseguir comprar meia entrada em certas ocasiões, também encontra como obstáculo a falta de legenda em eventos com transmissão de sons. Fato este que faz com que ela não volte ao espaço cultural. Ela ainda informou que prefere ir acompanhada para os lugares culturais para ajuda-la na compra dos ingressos e nas informações, já que não consegue obter esta ajuda pelo próprio espaço cultural. Com isso, a plena autonomia acaba não acontecendo e a inclusão não é evidenciada. Em consequência desses fatos, dito por Vanessa, faz perceber que os funcionários não possuem conhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, e não possuem preparo o que caracteriza, para ela, o principal meio de inclusão nos ambientes culturais, por este motivo, nota-se a importância da acessibilidade como um todo, principalmente a atitudinal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho foi possível observar que as pessoas com deficiência, por muitas décadas, foram discriminadas e excluídas de vários ambientes da sociedade, inclusive por seus próprios direitos. Deixando isso para trás juntamente com a era da integração, surgiu um novo desafio: incluir todas as pessoas, nos mesmos lugares, trabalhos, escolas, atividades culturais. Para isso, uma cultura acessível, gradualmente, vem adquirindo seu espaço.

Em contraponto, também foi possível observar que apesar da existência de leis e normas, a adequação de medidas de acessibilidade nos espaços, principalmente nos centros culturais que foi foco desta análise, ainda é demorada e medidas precisam ser discutidas para todas as pessoas, englobando todas as deficiências. Estas medidas se tornam urgentes a partir do momento em que uma instituição cultural é caracterizada como ponto fundamental de democracia cultural. Não existe inclusão sem acessibilidade, assim como não existe democracia cultural sem considerar a diversidade humana.

A análise feita nos três centros culturais, Centro Cultural Justiça Federal, Caixa Cultural e Centro Cultural Correios, mostrou como os gestores culturais estão lidando com o acolhimento das pessoas com deficiência. Foi possível observar que a primeira ideia quando se fala de acessibilidade, é a física. Este fato é importante, mas por outro lado acaba desconsiderando as outras pessoas. Foi notório que entre os três centros culturais, o que mais oferece medida de acessibilidade é a Caixa Cultural.

Na Caixa Cultural, foram encontradas medidas de acessibilidade para todos os tipos de deficiência. Uma pessoa com deficiência física consegue se locomover por todos os lugares do prédio, com a existência de rampa, elevadores e escada rolante. Por outro lado, os elevadores possuem um problema por não parar no segundo andar do prédio, onde acontecem a maioria das atividades culturais. A razão disso, é o centro cultural se localizar em um prédio corporativo não dando vazão, assim, para todas as pessoas. Em consequência, um cadeirante ou uma pessoa com carrinho de bebê – que não consegue subir pela escada rolante – perde um pouco da sua autonomia, precisando de ajuda para parar o elevador no segundo andar, sempre que frequentar esse espaço. Todas as salas de cinema e teatro possuem lugar destinado para cadeirantes, apesar da entrada do cinema ser feita pela saída de emergência,

fato que poderia ser mudado com a retirada da escada e colocação de rampas. Foram localizados diversos assentos pelo centro cultural, apesar de não os ter sido encontrados nas salas de exposição, fato imprescindível para as pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida, como idosos, grávidas e pessoas com criança de colo. Com relação as deficiências visuais, auditivas e intelectuais, a acessibilidade encontrada vem diretamente do trabalho deles com mediação. Como foi dito durante o trabalho, a mediação é um importante fator de inclusão dentro dos espaços culturais. A Caixa Cultural, por exemplo, possui mediadores fluentes em LIBRAS e fornecem a função de audiodescrição das obras expostas, o que é interessante, mas acaba tirando um pouco da autonomia das pessoas com deficiência visual. Para as pessoas com deficiência intelectual, esses mediadores – que são fixos nas galerias – possuem a importante função de identificar e ajudar na fruição das obras com uma linguagem mais simplificada e menos científica. As outras atividades culturais que são acessíveis para a deficiência auditiva, visual e intelectual depende do proponente. Por isso, foi percebido que algumas medidas são um pouco “jogadas” para a responsabilidade do proponente que desenvolve o projeto, já que são patrocinados, ainda que o item de acessibilidade esteja presente na contrapartida social, exigida pelo centro cultural, do edital de patrocínio.

O Centro Cultural Correios, por outro lado, mesmo tendo projetos de patrocínio, ficou claro que as medidas de acessibilidade não foram totalmente pensadas e não são prioridade no momento. O motivo, dito várias vezes, é econômico. Entretanto, foi evidenciado que medidas que não demandam tanto de verba podem ser tomadas. Este centro cultural é o único que não dispõe de um setor educativo próprio, não possuindo assim, mediadores que podem fazer o papel de inclusão nesse espaço para as pessoas com deficiência visual, auditiva e intelectual. Uma simples mudança de gestão poderia mudar este fato, ajudando a pensar em medidas de acessibilidade para todas as pessoas. Na análise da exposição “Lentes da Memória” foi encontrada acessibilidade para as pessoas com deficiência visual, mas só porque já tinha este cunho acessível, por parte do proponente. Já em atividades teatrais, audiovisuais e musicais não possuem este mesmo pensamento. O que realmente foi encontrado no centro cultural, foi uma rampa (que fica localizado em uma outra entrada e ainda assim possuem uma grande parte em paralelepípedo, dificultando a locomoção), elevador e assentos reservados no teatro. Os banheiros, por exemplo, além de não serem

acessíveis, possuem degraus em suas entradas e o mesmo foi notado nos balcões de informação e venda de bilhete.

O motivo econômico também foi justificativa para diversas perguntas da não adoção de medidas de acessibilidade no Centro Cultural Justiça Federal. A única acessibilidade que eles oferecem de fato, é a física, com a utilização de rampa (também localizada em outra entrada), banheiros adaptáveis, lugares reservados para cadeirantes no cinema e teatro, assentos espalhados pelo espaço e elevadores. Por outro lado, ainda assim, a pessoa com comprometimento nas partes inferiores, que não conseguem subir escadas e cadeirantes acabam sendo desfavorecidos no acesso ao balcão de informação e compra de bilhete, cafeteria e sala de leitura. Motivo este pela localização de grandes degraus no caminho. Os elevadores, também, possuem um problema por estarem sempre parando, impedindo essas pessoas, então, a acessar os outros andares do centro cultural. Apesar do trabalho com mediação que o CCJF fornece, as medidas de acessibilidade para as pessoas com deficiência visual, auditiva e intelectual quase não foram encontradas no centro cultural, apenas em eventos específicos e esporádicos. Sendo um centro cultural que é ligado ao Tribunal da Justiça, essa não adoção é contraditória ainda mais quando as medidas são asseguradas por lei. Este centro cultural também oferece um problema que os outros dois não apresentam: não patrocina os projetos, apenas cede o espaço para o acontecimento destes. Este pode ser sim um fator de não obrigação da acessibilidade para o proponente, justamente por não envolver verba. Em consequência disso, é importante que esta cultura acessível esteja na mente não só dos gestores, mas também do proponente.

Apesar da não adoção de certas medidas nos três centros culturais, também foi percebido a importância do assunto pelos gestores culturais. Em entrevista, muitos disseram que pretendem tornar seus espaços mais acessíveis e inclusivos para todos, apesar de todas as dificuldades. Também foi notado que a preparação da equipe para dar informação ou saber formas de melhor atendimento às pessoas com deficiência é um dos principais fatores de inclusão dentro de um espaço cultural, fato dito muitas vezes em entrevistas sendo extremamente necessário dentro de uma gestão cultural. Contudo, é importante destacar que essa pretensão foi dita para a complementação deste trabalho, não implica necessariamente na real intenção dos gestores em adotar

essas medidas nos próximos anos. Na prática, foi notado muita intenção e pouca mudança de fato.

Os depoimentos recolhidos de pessoas com deficiência foram, também, de suma importância para este trabalho. O lado delas serviu para embasar este estudo justamente por ser o lugar de fala delas. Apesar de serem pessoas com deficiência, são pessoas diferentes umas das outras, com suas particularidades. Ficou claro, durante todo o terceiro capítulo, que a acessibilidade atitudinal é uma das mais importantes para elas. A informação entra como importante processo para essa acessibilidade, para não haver desrespeito com o próximo. De uma maneira geral, não adianta também um espaço ser totalmente acessível, nas diversas atividades culturais, se elas não sentirem pertencidas e se sentirem ofendidas pelas pessoas que compõe, não só a equipe do centro cultural, mas por todas as pessoas que ali frequentam. Uma cultura acessível e inclusiva é um processo lento, porém simples, que se faz necessária em um contexto de valorização da diversidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosa Karla C.; NUNES, Patrícia M. S.; ZOBOLI, Fabio. **Acessibilidade e possibilidades de lazer: a pessoa com deficiência como foco de análise.** In: Relatório final do projeto orla: estrutura, equipamentos e usos da orla na praia do Atalaia. Aracajú, Sergipe. 2011. P. 62-71.

ASSIS, Elisa Prado de. **Acessibilidade nos bens culturais imóveis: possibilidades e limites nos museus e centros culturais.** 2012. 375 p. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 9050:2015 **Acessibilidade a Edificações Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos**, 3ª edição, 2015.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS. Sobre a deficiência intelectual – o que é? Disponível em: <<http://www.apaesp.org.br/SobreADeficienciaIntelectual/Paginas/O-que-e.aspx>> Acessado em 23 set. de 2016.

BOTELHO, Isaura. **Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública.** Espaço e Debates – Revista de Estudos regionais e urbanos. São Paulo. Nº 43/44. 2004.

BOTELHO, Isaura. **Democratização cultural: Desdobramentos de uma ideia. Blog Acesso.** São Paulo. 2009. Disponível em: < <http://www.blogacesso.com.br/?p=66>> Acesso em: 14 set. de 2016.

BRAINCAST. (2016, 03, mar.). **Braincast 181 – Acessibilidade: conteúdo com outros olhos.** Recuperado de: <http://www.b9.com.br/63639/podcasts/braincast/braincast-181-acessibilidade-conteudo-com-outros-olhos/>

BRASIL. **Avanços das políticas públicas para as pessoas com deficiência; uma análise a partir das conferências nacionais.** 1ª edição. Brasília. 2012.

BRASIL. Decreto lei 5.296 de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.** Brasília, 2004. Disponível em: <[http://www.acessibilidadebrasil.org.br/versao\\_anterior/index.php?itemid=43](http://www.acessibilidadebrasil.org.br/versao_anterior/index.php?itemid=43)>. Acessado em: 15 mai. de 2016.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.** Brasília, 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20072010/2009/Decreto/D6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2009/Decreto/D6949.htm)>. Acessado em 09 mai. de 2016

BRASIL. **Legislação – Normas Constitucionais.** Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/legislacao>>. Acessado em: 27 mai. de 2016

BRASIL. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. **Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.** Brasília, 2000. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10048.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10048.htm)>. Acessado em: 15 mai. de 2016.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Brasília, 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm)>. Acessado em 15 mai. de 2016

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Brasília, 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acessado em: 15 mai. de 2016.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Protocolo facultativo à convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência.** Brasília. 2007.

BRASIL. **Turismo e acessibilidade - Manual de orientações.** 2º edição. 2006

BRUMER, Anita; PAVEI, Katiuci; MOCELIN, Daniel Gustavo. **Saindo da “escuridão”: perspectivas da inclusão social, econômica, cultural e política dos portadores de deficiência visual em Porto Alegre.** INTERFACE Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, p. 300-327, jan/jun, 2004.

CAIXA CULTURAL. **Página inicial do centro cultural no Rio de Janeiro.** Disponível em: <<http://www.caixacultural.com.br/SitePages/unidade-home.aspx?uid=6>>. Acessado em: 14 out. de 2016

CELESTE, Mirian; PICOSQUE, Gisa. **Mediação cultural para professores andarilhos na cultura.** Edição 1. Editora Intermeios. 2012.

CENTRO CULTURAL CORREIOS. **Página inicial do centro cultural no Rio de Janeiro.** Disponível em: <<https://www.correios.com.br/sobre-correios/educacao-e-cultura/centros-e-espacos-culturais-dos-correios/centro-cultural-rio-de-janeiro>> Acessado em: 14 out. de 2016.

CENTRO CULTURAL JUSTIÇA FEDERAL. **Página inicial do centro cultural.** Disponível em: <<http://www10.trf2.jus.br/ccjf/>> Acessado em: 14 out. de 2016.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose; BRASILEIRO, Alice. **Acesso para todos à cultura e aos museus do Rio de Janeiro**. In. actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos países de Língua Portuguesa e Espanhola, Porto/Portugal, volume 2, p. 236-255, 2008.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. **O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdier e a herança etnográfica**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 25, n.2, p. 503-524, jul/dez. 2007.

DAVID, Jéssica; HAUTEQUESTT, Felipe; KASTRUP, Virginia. **Audiodescrição de filmes: experiência, objetividade e acessibilidade cultural**. Fractal: Revista de Psicologia, v. 24, n. 1, p. 125-142, Jan./Abr. 2012.

DIAS, Aíla Seguin; ELY, Vera Helena M. Bins. **Avaliação das condições de acessibilidade espacial em centro cultural: estudo de casos**. In. XI Encontro Nacional de Tecnologia no Ambiente Construído - ENTAC, Florianópolis, 2006.

FERNANDES, Idília; Lippo, Humberto. **Política de acessibilidade universal na sociedade contemporânea**. Textos & Contextos, Porto Alegre, v.12, n.2, p. 281-291, jul./dez., 2013.

FREITAS, Elizabeth Ponde de. **Centros culturais públicos no Brasil: Um estudo comparativo entre o Centro Dragão do Mar e Arte e Cultura e o Centro Cultural São Paulo**. 2007. 82 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO. **Conhecendo os documentos sobre a deficiência**. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/servicos/biblioteca/conhecendo-os-documentos-sobre-a-deficiencia>>. Acessado em: 27 mai. de 2016

GRINOVER, Lucio. **A hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e identidade**. Revista Hospitalidade, São Paulo, ano III, n. 2, p. 29-50, 2. sem. 2006.

HELENA, Maria. **Democratização cultural: Um desafio a ser superado**. Blog Acesso. São Paulo. 2007. Disponível em: < <http://www.blogacesso.com.br/?p=63>> . Acesso em: 14 set. de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cartilha do censo 2010 IBGE – pessoa com deficiência**. 2012. Disponível em:<<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acessado em 09 mai. de 2016

LACERDA, Alice Pires de. **Democratização da Cultura x Democracia Cultural: os Pontos de Cultura enquanto política cultural de formação de público. Políticas Culturais: Teorias e Práxis**. 2012. Disponível em: < <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbossa/files/2010/09/02-ALICE-PIRES-DE-LACERDA.1.pdf>> Acessado em: 15 set. de 2016

LOPES, J.M. Teixeira. **Da democratização da cultura a um conceito e prática alternativos de democracia cultural**. In: Caderno de estudo 14 – escola superior de educação de Paula Frassinetti. Saber & Educar, vol. 14.121, set., 2009.

MAIOR, Izabel Maria M. de Loureiro. **Pessoas com Deficiência e Direito de Acesso à Cultura**. Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SEDPCD/Diversitas/USP Legal, São Paulo, junho, 2013.

MAMILOS. (2016, 26, fev.). **Mamilos 58 – Acessibilidade**. Recuperado de: <http://www.b9.com.br/63379/podcasts/mamilos/mamilos-58-acessibilidade/>

MARCELINO, Felipe Beltram. **Acessibilidade comunicacional em ambientes culturais: uma barreira a ser superada**. 2013. 70 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

MARCO, Kátia de. **Gestão de espaços culturais: uma abordagem contemporânea**. 18 p. 2008

MELLO, Anahi Guedes de. TORRES, Elizabeth Fátima. **Acessibilidade na comunicação para surdos oralizados: contribuições das tecnologias de informação e comunicação**. In: Fórum Permanente de Educação Inclusiva, Rio de Janeiro, abr., 2006.

MILANESI, Luís. **A casa da invenção**. 4ª edição. Cotia, São Paulo. Ateliê Editorial. 2003

MENEZES, Tayná. **Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência visual**. 2013. 24 p. Trabalho de Conclusão (Pós-graduação). Universidade de São Paulo. São Paulo.

MORAIS. Silvilene de Barros R. **Museu de ciência: o diálogo com as diferenças**. 2013. 231 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

NERDCAST. (2016, 04, mar.) **NerdCast 506 – Cegos, Nerds e Loucos 2**. Recuperado de: <http://jovemnerd.com.br/nerdcast/nerdcast-506-cegos-nerds-e-loucos-2/>

NOVA, Escola. **Como Funciona o Sistema Braille?** Disponível em: <<http://novaescola.org.br/conteudo/397/como-funciona-sistema-braille>>. Acessado em: 30 nov. de 2016

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral da ONU. **Declaração dos direitos das pessoas deficientes**. 1975. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoespermanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DeclDirPessDef.html>> Acesso em: 24 mai. de 2016.

PORTELA, Isabel. **Acessibilidade para pessoa com deficiência física**. Rio de Janeiro. 23 nov. 2016. Entrevista concedida para a autora.

REIS, Vanessa. **Acessibilidade para pessoa com deficiência auditiva**. Rio de Janeiro. 05 dez. 2016. Entrevista concedida para a autora.

RODRIGUES, Cláudia. **Acessibilidade para pessoa com deficiência visual**. Rio de Janeiro. 16 nov. 2016. Entrevista concedida para a autora.

SANTOS, Sónia. **Museus inclusivos: realidade ou utopia?** In: SEMEDO, Alice; COSTA, Patrícia (Org.). **Ensaios e práticas em museologia**. Editora da Universidade do Porto, Porto/Portugal, 2011.

SARRAF, Viviane Panelli. **Acessibilidade para pessoas com deficiência em espaços culturais e exposições: inovação no design de espaços, comunicação sensorial e eliminação de barreiras atitudinais**. In: Ficha Catalográfica elaborada pela biblioteca setorial da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. **Acessibilidade em ambientes culturais**. Rio Grande do Sul. Marcavisual. 176 p. p.60-78.

SARRAF, Viviane Panilli. **Checklist da exposição acessível**. Disponível em: <<https://acessibilidadecultural.wordpress.com/2011/05/17/materiais/>>. Acessado em 15 set. de 2016.

SARRAF, Viviane Panelli. **Inclusão dos deficientes visuais nos museus**. Revista MUSAS do IPHAN – MINC: 2006. 2ª Edição. 2006

SARRAF, Viviane Panelli. **Reabilitação do museu: políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade**. 2008. 181 p. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, ano XII, p. 10-16, mar./abr., 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos..** 5ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão – Parte 1**. Revista Nacional de Reabilitação, ano X, n. 57, p. 8-16, jul./ago., 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, ano 5, nº 24, p. 6-9, jan/fev., 2002.

SERPA, Angelo. **Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, nº 15, p. 21-37, 2004.

SILVA, Laiz de Almeida da. **Acessibilidade em museus e espaços culturais: estudo técnico sobre a edificação histórica que irá abrigar a Fundação Hansen Bahia, na cidade de Cachoeira – BA**. 2010. 87 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeiras, Bahia.

SILVA, Luiza Fernanda da; CAMPOS, Michele Marry Costa. **Acessibilidade para as pessoas com deficiência: Trajetória, avanços e perspectivas.** 2013. 19 p. Trabalho de Conclusão (Pós-graduação). Faculdade SERIGY. Aracajú, Sergipe.

SOUZA, Felipe Santos. **Trinta anos de Centro Cultural São Paulo (1982-2012) no coração da metrópole: Cultura e política.** 2014. 70 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro.

TOJAL, Amanda Fonseca. **Políticas públicas culturais de inclusão de públicos especiais em museus.** 2007. 322 p. Dissertação (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo.

VLACHOU, Maria; ALVES, Fátima. **Acessibilidade nos museus.** In: Serviços Educativos na Cultura, Porto, p. 98-107, 2007.

WERNECK, Cláudia. **Modelo médico x Modelo social da deficiência. Manual da mídia legal 3: comunicadores pela saúde / Escola de Gente.** WVA Editora, Rio de Janeiro, p. 16- 20, 2004.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL

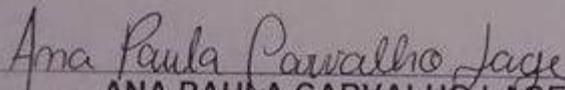
---

## AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE MONOGRAFIA

---

Niterói, 21/12/2016

Eu, **ANA PAULA CARVALHO LAGE**, CPF 159.382.117-43 formando(a) do curso de Graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense, autorizo a divulgação do conteúdo da monografia (texto integral e/ou fragmentos, respeitada a autoria) intitulada "**ACESSIBILIDADE CULTURAL PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ANÁLISE DOS CENTROS CULTURAIS DO CENTRO DO RIO DE JANEIRO**" defendida nesta data, em bibliotecas e sítios de divulgação de resultados científicos e acadêmicos. Para tal, comprometo-me a entregar a presente monografia em versão digital, em PDF.

  
\_\_\_\_\_  
**ANA PAULA CARVALHO LAGE**